

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE MARÇO DE 2007

NÚMERO 5.695

16ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia  
**PRESIDENTE**  
Clésio Salvaro  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Ana Paula Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Rogério Mendonça  
**1º SECRETÁRIO**  
Valmir Comin  
**2º SECRETÁRIO**  
Dagomar Carneiro  
**3º SECRETÁRIO**  
Antônio Aguiar  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE  
LIBERAL**  
Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DA REPÚBLICA**  
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Sergio Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Cesar Souza Júnior.  
Pedro Uczai  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
João Henrique Blasi  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Vezon  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Onofre Santo Agostini  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente  
Odete de Jesus - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Herneus de Nadal  
Jandir Bellini  
Jorginho Mello  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Marcos Vieira  
Gelson Merísio  
Romildo Titon  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Dirceu Dresch  
Gilmar Knaesel  
Renato Hinnig  
João Henrique Blasi  
Sérgio Grandó  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Décio Góes  
Gilmar Knaesel  
Jandir Bellini  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Herneus de Nadal  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Elizeu Mattos  
Marcos Vieira  
Pedro Uczai  
Sérgio Grandó  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E  
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente  
Gilmar Knaesel - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Renato Hinnig  
Reno Caramori  
Sérgio Grandó  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente  
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente  
Edson Piriquito  
Gelson Merísio  
Kennedy Nunes  
Serafim Vezon  
Odete de Jesus  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
DE AMPARO À FAMÍLIA E À  
MULHER**

Ada de Luca - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Genésio Goulart  
Kennedy Nunes  
Elizeu Mattos  
Serafim Vezon  
Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Manoel Mota  
Jorginho Mello  
Sérgio Grandó  
Silvio Dreveck  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Jandir Bellini  
Elizeu Mattos  
Moacir Sopelsa  
Jailson Lima da Silva  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E  
DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice Presidente  
Jailson Lima da Silva  
Moacir Sopelsa  
Joares Ponticelli  
Nilson Gonçalves  
Onofre Santo Agostini  
Romildo Titon  
João Henrique Blasi

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1715**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 013ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 08/03/2007.....2

**Publicações Diversas**

Ata de Comissão Permanente.....  
.....17  
Extrato.....18  
Medida Provisória.....18  
Ofícios.....21  
Portarias.....21  
Projetos de Lei.....26  
Projeto de Lei Complementar.....  
.....28  
Requerimento.....28

**PLENÁRIO**

# ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sérgio Grandó - Silvio Dreveck.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Faz seu primeiro pronunciamento no dia em que assume como parlamentar na Assembléia Legislativa.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Como líder do PSDB, dá as boas-vindas ao companheiro de partido.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Dá boas-vindas ao deputado José Natal em nome da bancada do PT.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Dá boas-vindas ao deputado José Natal em nome da bancada do PFL; cumprimenta as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Parabeniza as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher e dá boas-vindas ao deputado José Natal.

**DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ** (pela ordem) - Dá boas-vindas ao deputado José Natal.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** (pela ordem) - Dá boas-vindas ao deputado José Natal.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Dá boas-vindas ao deputado José Natal em nome da bancada do PP.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Sauda o deputado José Natal.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Dá boas-vindas ao deputado José Natal.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Cumprimenta o deputado José Natal pela posse e o deputado Gilmar Knaesel que assume secretária no governo do estado.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Cumprimenta o deputado José Natal pela posse e o deputado Gilmar Knaesel que assume secretária no governo do estado.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** (pela ordem) - Cumprimenta o deputado José Natal pela posse e o deputado Gilmar Knaesel que assume secretária no governo do estado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Cumprimenta o deputado José Natal pela posse e o deputado Gilmar Knaesel que assume secretária no governo do estado.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Parabeniza o deputado Gilmar Knaesel que assume secretária no governo do estado; homenageia sua mãe; aborda a distribuição, pelo SUS, da vacina contra o câncer de colo do útero; registra o Dia Internacional da Mulher.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Parabeniza as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Sugere que o governador do estado receba as representantes do Movimento das Mulheres Camponesas.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Crítica o governador por não receber as representantes do Movimento das Mulheres Camponesas; aborda trecho do livro *O Voto da Mulher*.

**DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ** - Homenageia as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Homenageia as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher; registra o aniversário de 156 anos do município de Joinville.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Crítica o fato do governo não receber representantes do Movimento das Mulheres Camponesas.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Aborda o Dia Internacional da Mulher; refere-se ao problema enfrentado pela região norte catarinense com relação a agricultura.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Comenta a reabertura do Hospital Dom Joaquim, de Sombrio; refere-se ao Dia Internacional da Mulher; comenta a enchente no sul do estado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (aparte) - Registra que o Movimento das Mulheres Camponesas será recebido pelo secretário Ivo Carminati.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** - Comenta que o secretário Ivo Carminati irá receber o Movimento das Mulheres Camponesas; aborda o Dia Internacional da Mulher; refere-se à discriminação dos suplentes; reporta-se à instalação de uma unidade da Rede Sarah de Hospitais em Santa Catarina.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** (aparte) - Aborda a instalação de uma unidade do Hospital Sarah Kubitschek em Santa Catarina.

Ordem do Dia

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** - Solicita subscrever pedido de informação sobre o projeto de construção de presídio em Balneário Camboriú.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda pedido de informação acerca dos cursos de formação de cabos, sargentos e do quadro de oficiais auxiliares da Polícia Militar de Santa Catarina.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO SÉRGIO GRANDO** - Faz um alerta sobre a visita de George Bush.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Comenta a agroecologia; aborda a discriminação das mulheres e o Movimento das Mulheres Camponesas.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda o Dia Internacional da Mulher; reporta-se ao acesso a terra para os descendentes de quilombolas; posiciona-se contra a plantação de *pinus elliotis*.

**DEPUTADO DISCEU DRESCH** (aparte) - Demonstra preocupação com a agricultura familiar.

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** - Refere-se aos convênios do governo do estado com entidades sociais; comenta o perigo de acidentes nas estradas estaduais e o estado da ponte sobre o rio Itajaí-Açu, na BR-101; aborda o Dia Internacional da Mulher.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Reporta-se ao Dia Internacional da Mulher; registra a realização de audiência pública em Campos Novos para tratar da questão dos quilombos.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Parabeniza a população de Joinville pela passagem dos 156 anos de fundação do município.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Comunica que irá juntar-se à manifestação do Movimento das Mulheres Camponesas e Urbanas.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Aborda o Movimento das Mulheres Camponesas e Urbanas; comenta sua preocupação com a plantação de pinus e com os dejetos de suínos.

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (aparte) - Refere-se ao tratamento dos dejetos de suínos.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Aborda a importância de linhas de financiamento para a araucária.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Refere-se ao Dia Internacional da Mulher; comenta o Movimento das Mulheres Camponesas; aborda a beatificação de Albertina Berkenbrock.

**DEPUTADA ADA DE LUCA** - Aborda o Dia Internacional da Mulher; refere-se ao projeto de lei, de sua autoria, que institui a Semana de Saúde da Mulher.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Comunica que o Movimento das Mulheres Camponesas está sendo recebido pelo secretário Ivo Carminati.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

A ata da sessão anterior será lida na próxima sessão ordinária de terça-feira.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência cumprimenta todas as mulheres presentes, as deputadas Odete de Jesus, Ada De Luca e Ana Paula Lima, as funcionárias da Assembléia Legislativa e todas as mulheres do estado de Santa Catarina pelo Dia Internacional da Mulher.

Ressalta também que a participação da mulher na política é fundamental. Se, por um lado, as mulheres têm as mesmas qualidades dos homens, elas têm um quesito a mais que consideramos fundamental para a política: a sensibilidade. Cada vez mais a política tem que ser praticada com sensibilidade e aí é que entra esse ingrediente fundamental com a participação da mulher, que ainda é muito tímida no Brasil e em Santa Catarina. Mas nós esperamos ver, ao longo do tempo, esse quadro revertido, para que possamos ter uma sociedade melhor e, quem sabe, gerida por mais mulheres participando do poder.

A forma que encontro de materializar esta homenagem que estamos prestamos é passar a Presidência dos trabalhos da sessão de hoje, durante todo o período, à deputada Ana Paula Lima, que é a nossa vice-presidente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, presidente!

Um bom-dia aos srs. deputados e às sras. deputadas. É com muita honra que irei, na data de hoje, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, conduzir os trabalhos na Assembléia Legislativa.

Gostaria de cumprimentar todas as funcionários desta Casa, as mulheres valorosas que, juntamente com os homens, constroem a sociedade catarinense. Para termos uma sociedade mais justa e mais igualitária é imprescindível também a presença das mulheres.

Eu gostaria de agradecer a todos os senhores e a todas as senhoras que vieram a esta Casa, nesta data tão especial, para a posse do deputado José Natal. Sejam muito bem-vindos à Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Neste momento, srs. deputados e sra. deputada, nós vamos ler o ofício de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

(Passa a ler.)

"Sr. Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar que a partir desta data estarei me licenciando das atividades parlamentares, para assumir a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte e manifesto minha opção pelo vencimento parlamentar.

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

(a)Gilmar Knaesel

Deputado Estadual" [sic]

ATO DA MESA N.021-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão José Natal, 2º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do deputado Gilmar Knaesel, indicado para o cargo de Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte.

Palácio Barriga-Verde, em Florianópolis, 6 de março de 2007

(a)Deputado Julio Garcia

Presidente

(a)Deputado Antônio Aguiar (a)

Deputado Rogério Mendonça

1º Secretário 4º Secretário" [sic]

Gostaria, também, de registrar a presença nesta Casa do vice-governador do estado de Santa Catarina, sr. Leonel Pavan, e de convidá-lo para fazer parte da Mesa. (Palmas)

Neste momento, convido o sr. deputado José Natal para prestar o seu juramento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina, e observar as leis desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Convido v.exa., deputado José Natal, para assinar o seu termo de compromisso e posse.

(Procede-se à assinatura do termo de compromisso e posse.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, deputado Julio Garcia e demais membros da Mesa Diretora, sras. deputadas, srs. deputados, autoridades presentes, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

Permite-me a complacência dos membros deste Poder e do augusto público que honram e dignificam o momento ora por mim vivido relembrar o ano de 1981.

Bem mais jovem, membro de família humilde, participando das dificuldades de meus pais para educar 14 filhos, assumi um cargo em comissão na secretaria de Obras no município de São José. As funções a mim inerentes eram diretamente vinculadas aos interesses da população e à solução de seus problemas.

Na época, jamais passara por minha cabeça a hipótese de me candidatar a um cargo eletivo, até que em 1988, o então prefeito Germano Vieira me chamou e disse: 'Natal, quero que você seja candidato a vereador, pois percebi que tem boa popularidade'.

Com o pensamento de que a vida foi feita para ser vivida e sentida em todas as dimensões, sendo uma delas a coragem de ousar e de optar, decidi que seria candidato! Fui o vereador mais votado do PFL, partido ao qual pertencia.

A partir daí teve início a minha carreira política. Fazem parte dela cinco eleições consecutivas, a Presidência da Câmara Municipal de São José, a presidência da Constituinte Municipal, o cargo de secretário de Obras e agora, depois de renunciar a meu mandato na Câmara de Vereadores e de um gesto de Deus, concretizado pela vontade popular, aliado ao chamamento do governador Luiz Henrique da Silveira e do meu partido, assumo nesta Assembléia Legislativa.

Transponho a soleira deste recinto compromissado exclusivamente com Deus, com minha consciência e com a lei. Mesmo na condição de suplente, para estar aqui não precisei bater de porta em porta mendigando um pseudomercimento; não assumi qualquer compromisso que pudesse atrair com a minha

consciência; não seiei e não faria acordos que fossem capazes de desviar-me da conduta que tracei desde o princípio da minha vida pública. Não medirei esforços para ser fiel ao governador do estado e ao PSDB.

Sras. deputadas e srs. deputados, o tempo, na sua insônia e vigilância infinita, tem a missão de transformar as pessoas, as coisas, os fatos, os conceitos e os ideais, tudo impassivelmente, sem que nada lhe escape. Exemplifico isto dizendo que buscarei aqui realizar o melhor que puder para que minha atuação se mantenha na altura do que merece a sociedade catarinense, pois sei que se assim proceder estarei atendendo à mais límpida expressão da vontade popular.

Tenho comigo um dito que diz: 'Para ganhar, muitas vezes é necessário perder'. Entendo que isso se aplica a todos os deputados presentes, pois temos a incumbência de representar a sociedade de Santa Catarina e para estarmos nesta condição vivemos e passamos por uma prova de sabedoria. Poderíamos ter sido derrotados, mas isso não se deu e, em assim sendo, tenho convicção de que nenhum dos parlamentares de Santa Catarina irá se enquadrar na deprimente e catastrófica parte *in fine* da frase proferida pelo filósofo Kant, que diz: 'A política é a mais bela das artes, quando não se faz dela uma profissão'.

Nobres pares, a sobrevivência do ser humano é mensurável por sua capacidade e condição de sonhar e de idealizar, enquanto que a mensuração democrática de qualquer instituição passa e repassa pelo poder de estimular o sonho e a realização do desejo do cidadão. A frustração do sonho equivale ao sufocamento de ideais e assim entendendo a responsabilidade que assumo nesta data, sepulto qualquer hipótese de comodidade e de vaidade.

Finalmente, neste instante meu coração e meus sentimentos pessoais obrigam-me a proferir alguns agradecimentos:

Inicialmente agradeço a Deus, criador de todas as coisas, por ter-me concedido o dom da vida, preservando-me para vivenciar o presente momento;

Aos meus pais Izauro Pereira e Marina Porto Pereira (em memória), pela coragem e obstinação de criar seus 14 filhos, superando e enfrentando com dignidade as dificuldades que a vida traçou;

A minha família, constituída por Eliane, companheira de peregrinação e partilha de vida, exemplo de coragem, farol e refúgio de minha existência; Andréia, minha filha, pela reafirmação cotidiana de que a melhor pedagogia é a do amor; Adriano, meu filho, cujo despertar para a vida enche-me de orgulho e de esperanças; aos meus irmãos, que mesmo passando por dificuldades, sempre seguiram o caminho da retidão, da esperança e da fé;

Aos excelentíssimos srs. deputados que integram este Poder, pela forma gentil com que me acolhem;

Ao governador Luiz Henrique da Silveira, pela confiança depositada em minha pessoa;

Ao vice-governador Leonel Pavan, pelos incessantes incentivos à concretização de uma amizade que se fortifica dia-a-dia;

Ao prefeito Fernando Elias, meu amigo, pelo apoio e pela dedicação demonstrada durante o processo eleitoral;

Ao presidente do meu partido, Dalírio Beber, pelas constantes palavras de incentivo a mim proferidas no decorrer do processo legislativo;

Ao deputado Djalma Berger, pela luta no decorrer da campanha;

Aos vereadores de São José, Adil Xavier de Castro e Carlos Lelis Souza, por terem, ao meu lado, enfrentado o processo eletivo;

Aos demais vereadores de São José, pela forma amiga de convívio;

A população de São José, que há 18 anos demonstra confiança em meu nome, fazendo-me o vereador mais votado em todas as eleições às quais concorri, sendo duas, em uma delas, a última, o mais votado do município.

A vocês, mulheres, todas que aqui estão, todas as mulheres deste país, todas aquelas que se encontram ausentes, mas que deixaram um legado no país e no mundo, as mulheres que me brindam com a honra de tomar posse justamente no dia que internacionalmente é destinado a elas. Todos nós, homens, temos dentro de nós uma proclamação: vocês, mulheres, são o alicerce da vida. Além de serem detentoras de uma beleza indescritível, vocês possuem uma dádiva que é exclusiva, ou seja, a de começar a moldar o caráter de um ser já em seus ventres, fato este que é maravilhoso. Parabéns pelo seu dia.

Agradeço a todos e concluo fraseando: não existe vento favorável para aquele que não sabe para onde vai. Portanto, nobres pares, vamos à luta!

Muito obrigado e que Deus nos abençoe."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Parabéns, deputado José Natal, pelo seu primeiro pronunciamento. Seja muito bem-vindo a esta Casa e que Deus abençoe v.exa. e sua família.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, sr. vice-governador, sras. parlamentares, srs. parlamentares, manifestome em nome da bancada do PSDB para cumprimentar e dar as boas-vindas a este valoroso militante que o PSDB tem em seu quadro.

O nosso deputado José Natal vem para este Parlamento enriquecer esta Casa com a sua presença, trazer para este ambiente toda a sua experiência de vida, toda sua experiência de parlamentar que é e que foi na nossa querida cidade de São José. E ao mesmo tempo em que desejo a v.exa. todo sucesso, também faço questão de cumprimentar a nossa gente amiga que se faz presente, também amigos meus da nossa Grande Florianópolis. E com certeza, a região da Grande Florianópolis passa a ter mais um valoroso deputado nesta Casa.

Meus cumprimentos, deputado José Natal.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores queremos também parabenizar o deputado José Natal, que na data de hoje presenteia o povo de São José e o povo catarinense com a sua presença. Percebe-se na sua capacidade e eloquência que esta Casa vai ganhar muito com este parlamentar.

Seja bem-vindo!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Gostaria, primeiramente, de registrar e agradecer a presença do sr. Fernando Melquiades Elias, prefeito municipal de São José.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sra. deputada, em nome do PFL, desejamos ao nosso amigo José Natal que aqui, como deputado, bem representa, com competência, o nosso querido município de São José, a grande Florianópolis e por que não dizer o estado de Santa Catarina.

Se v.exa me permite, também quero cumprimentar todas as mulheres pelo seu dia. Eu entendo, deputada Ana Paula Lima, que todo dia é o dia da mulher, mas como foi definida essa data, quero cumprimentar todas as mulheres que aqui se encontram. Parabéns às mulheres, parabéns ao deputado José Natal e sucesso nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Hoje, minha cara presidente, é um dia memorável. Memorável porque é o Dia Internacional das Mulheres e também porque esta Casa recebe um ilustre homem, a partir deste instante um parlamentar representante da querida cidade de São José, com a presença do nosso governador em exercício, Leonel Pavan e do prefeito de São José, Fernando Melquiades Elias.

Hoje é um dia, uma quinta-feira que vai marcar muito fundo. Desejo ao deputado José Natal, muito sucesso, muita luta, realização e que possa trazer de volta a grande esperança de dias melhores, de realizações para o município de São José.

Parabéns ao deputado José Natal, ao prefeito e a todo povo de São José.

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Sérgio Grandó - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sérgio Grandó.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Sra. presidente, quero parabenizar a comunidade de São José pelo seu deputado José Natal, que com isso engrandece todo o trabalho legislativo da nossa querida Grande Florianópolis.

Seja bem-vindo e vamos trabalhar juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sérgio Grandó.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Quero cumprimentar todos os josefenses que hoje comparecem nesta Casa e o deputado José Natal, que está assumindo na data de hoje. Nós, que somos da Grande Florianópolis, nos sentimos regozijados por essa posse, porque temos mais um guerreiro para reforçar a bancada na Casa.

Parabéns e sucesso.

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Renato Hinnig. Mais um companheiro, inclusive, de profissão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nós da bancada do Partido Progressista, estamos desejando ao deputado José Natal, que possa exercer suas atividades como excelente parlamentar como até aqui já o foi, e esperamos que o espírito do Natal sempre esteja presente no plenário.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Como morador de São José há sete anos, da comunidade da Serraria, deputado do Partido Democrático Trabalhista - PDT, e como comunista, queria também saudar a vinda, para este Parlamento, do deputado José Natal. Quero dizer que nós temos, sim, divergências políticas e não vim aqui para jogar confete tão-somente, mas temos divergências políticas e apesar delas nós vamos trabalhar juntos naquilo que for importante para a maioria da população, para o povo de São José e que não esteja em desacordo com os interesses públicos dos trabalhadores do estado de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada deputado Sargento Amauri Soares.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a nobre colega, amiga, deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, eu quero cumprimentar o nobre colega deputado José Natal, que se vem integrar conosco para uma grande batalha em defesa de toda a população catarinense. Senti emoção nas palavras de v.exa., senti sinceridade, vi que o parlamentar vem para guerrear mesmo. Nós desejamos boas-vindas, que Deus o abençoe, que seu mandato seja bem próspero e com muitas vitórias.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada deputada Odete de Jesus.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, srs. deputados, queria cumprimentar de forma muito carinhosa o deputado José Natal, ele que já tem uma grande experiência no Legislativo e vem aqui representar Santa Catarina, trabalhar pelo bem de todo o estado, mas que tem nos josefenses os seus principais fiadores e sei que se espelhando neles, fará aqui um grande trabalho.

Também quero cumprimentar o deputado Gilmar Knaesel, que foi secretário no governo Luiz Henrique da Silveira, no primeiro mandato, fez um grande trabalho, orgulhou essa Casa por aquilo que fez e certamente o fará ainda melhor de agora em diante. Nossos cumprimentos. Estamos aqui na Assembléia Legislativa para dar sustentação legislativa para que v.exa. continue, na secretaria, a fazer um bom trabalho.

Por outro lado, cumprimentamos o PSDB, o presidente Dalirio Beber, o vice-governador e, a partir de amanhã, governador Leonel Pavan, pela articulação e pelo envolvimento de todo o partido para que nós possamos fazer um trabalho bom nesse governo, seja aqui ou no Executivo.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Agradecemos ao deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, srs. deputados, queremos saudar a vinda do deputado José Natal, mais um suplente que vem aqui defender um estado novo conosco. Desejo ao deputado Gilmar Knaesel sucesso na sua pasta, que é muito importante para o estado de Santa Catarina. Nós, que vivemos na época de Páscoa, recebemos o Natal hoje. Isso é bom para o nosso Parlamento.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Muito obrigado, sra. presidente. Saúdo a todos os srs. deputados e sras. deputadas e saúdo especialmente a comunidade de São José, que comparece em massa nesta Casa.

Parabenizo o nobre deputado Gilmar Knaesel pela nobreza de uma vez mais se colocar à disposição do governo do estado de Santa Catarina, do governo Luiz Henrique da Silveira, para ir às trincheiras, ir para o campo de batalha para contribuir com a evolução do nosso estado. Tenho certeza que diante da Pasta da secretaria de Gestão e Lazer v.exa. continuará firmando, da mesma forma, o que v.exa. fez no passado.

Acredito que estamos tendo um processo muito dinâmico e interessante no nosso estado catarinense. Assim, saúdo o deputado Natal que sai do Parlamento municipal para o Parlamento estadual. E agradeço a São José por emprestar o Natal. Agora o Natal, além de São José é o Natal de toda Santa Catarina e com certeza vai abrilhantar ainda mais os trabalhos aqui nesta Casa.

Digo ao deputado Natal que eu, na mesma condição, sai do Parlamento municipal e vim para o estadual como suplente. Digo que agora ele estará deputado, com o peso de deputado, com posição de deputado, e deste deputado ele terá o tratamento devido, como deputado, apesar de termos alguns aqui que não respeitam muito os suplentes, mas conte comigo. Vamos estar nas trincheiras, guerreando dia a dia, para fazer com que as ações desse governo sério e competente do governador Luiz Henrique consiga, lá na ponta, como por exemplo em São José, levar as ações para transformar a nossa vida, a vida do nosso povo, em especial agora a vida dos cidadãos que moram em São José.

Parabéns e o meu muito obrigado!

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Edson Piriquito, todos aqui são deputados.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria, na condição de líder do governo, igualmente saudar o deputado José Natal, nosso companheiro da região da Grande Florianópolis, que vem somar-se conosco, trazendo consigo uma experiência exitosa de cinco mandatos no Legislativo municipal de São José.

Quero cumprimentar todos os josefenses que se fazem presentes na pessoa do prefeito Fernando Melquiades Elias. Cumprimentar, também, o nosso colega deputado Gilmar Knaesel, que se licencia do Parlamento, para novamente cumprir uma missão de relevo, junto ao governo do estado.

Tenho certeza de que, com essa experiência acumulada e com seu espírito combativo, o deputado José Natal vai ser mais uma importante aquisição da Assembléia. E certamente irá somar conosco no sentido de defender as grandes ações a serem empreendidas, e que já estão sendo feitas, pelo governador Luiz Henrique da Silveira e pelo vice-governador Leonel Pavan.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado João Henrique Blasi.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados integrantes da mesa, srs. deputados, amigos que nos assistem e imprensa falada, escrita e televisada, hoje é um dia para muitas reflexões. Hoje é um dia para alguns comemorarem e outros refletirem. Mas quero parabenizar o PSDB por nos presentear, neste Dia Internacional da Mulher, com mais um parlamentar que sonhava estar aqui conosco substituindo, nesta Casa, o brilhante deputado Gilmar Knaesel que, posso dizer, é um brilhante parlamentar. Ele, que já foi presidente desta Casa, é uma pessoa íntegra, honrada e que faz seu trabalho com muito carinho e dedicação. Deputado Gilmar Knaesel, v.exa. vai deixar saudades aqui, mas pode crer que vamos incomodá-lo na secretaria de Turismo.

Quero agradecer ao presidente desta Casa, nosso colega deputado Julio Garcia, pelo prestígio que tem dado a nossa colega, deputada Ana Paula Lima, dando-lhe a oportunidade de presidir a sessão. Muito obrigada, sr. presidente, deputado Julio Garcia, nosso amigo.

Mas, srs. deputados, hoje, queremos agradecer, inicialmente, ao deputado Onofre Santo Agostini, que presenteou os parlamentares com deliciosas péras. Gostaria de agradecer, de coração, e também de aproveitar a oportunidade para parabenizar o deputado Sérgio Grando, que ontem esteve completando mais um aniversário. Que Deus o abençoe!

Mas, sr. presidente, hoje assomo à tribuna para homenagear uma mulher muito importante, amada, querida, que deu a vida por esta deputada. Trata-se da minha mãe, a dona Léio, Leonídia Alves de Almeida Prestes, uma mulher que, no dia 2 de março de 1951, deu à luz a esta deputada. Ela, mãe de oito filhos, trabalhou no tanque lavando roupa para criá-los, mas, graças a Deus, com muita honradez, pôde dar educação aos filhos, deputado Joares Ponticelli. Porque a educação vem de berço e na escola ela é aprimorada,

permitindo que nós complementemos o nosso caráter. E essa mulher desbravadora pôde orientar-me enquanto criança.

Quero também, srs. deputados, agradecer a nossa senadora Ideli Salvatti, que, em sessão especial no Senado, anunciou um projeto que prevê a distribuição gratuita, pelo SUS, de vacina contra o câncer do colo de útero, hoje disponível apenas em clínicas particulares a preço inacessível para a maioria.

Em Santa Catarina apenas duas clínicas disponibilizam essa vacina: uma em Balneário Camboriú e outra em Blumenau. Mas ontem o brilhante deputado Cesar Souza Júnior se pronunciou nesta Casa acerca de um projeto de lei a que deu entrada, através do qual autoriza o Poder Executivo a instituir um programa de vacinação contra o vírus HPV, que causa o câncer de colo de útero.

Então, a luta da mulher continua e aproveito uma brilhante matéria do *Diário Catarinense*, na página 12, redigida pelo presidente do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina, para lembrar às mulheres que 129 operárias tiveram que morrer queimadas em 1857, em Nova Iorque, no dia 8 de março, dando a vida em prol de melhorias salariais, em prol de dignidade. E as mulheres, hoje, podem ter acesso ao voto, podem ocupar o lugar que quiserem, podem trabalhar como motoristas e podem trabalhar na profissão que almejam, porque elas têm coragem e competência.

Voltamos a dizer que nós já tivemos muitos avanços. Outrora a mulher era mais discriminada, mas hoje, graças a Deus, pela luta de mulheres que se organizaram, temos acesso às Assembleias Legislativas - nós podemos estar aqui pelo voto. As deputadas Ana Paula Lima, Ada De Luca e eu não estamos aqui por acaso; estamos aqui dando as nossas vidas.

Eu quero que v.exas. possam refletir, pois quando Jesus Cristo morreu e ressuscitou no terceiro dia, apareceu para uma mulher e perguntou: "Por que procuras entre os mortos aquele que vive"? Ele apareceu pela primeira vez para uma mulher por quê? Porque ele conta com as mulheres, porque Deus quer as mulheres contribuindo, Ele quer as mulheres ajudando a construir uma Santa Catarina cada vez melhor, Ele conta com as mulheres nas Câmaras Federais, no Senado, na Presidência da República, nas Câmaras de vereadores, nas prefeituras.

Então, assim como as mulheres, esta deputada também está preparada para começar as coisas do zero. Começar do zero não nos assusta! Graças a Deus, eu gosto de grandes desafios, de começar do nada!

Ontem, desta tribuna, eu me referia ao fato de ter presidido o Partido Liberal, hoje, com a fusão, Partido da República, e que peguei este partido fraquinho e eu o tornei forte. Eu não me assusto com os desafios porque a nossa vida é assim. Eu sou mãe, suportei a dor do parto para dar à luz a minha filha Viviane e, quando ela nasceu, foi uma alegria. Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, a mulher suporta a dor da morte na hora em que vai dar à luz, mas quando o bebê nasce ela está sorrindo, derramando lágrimas de alegria.

Então, eu parabeno todas as mulheres catarinenses! Que Deus as abençoe! Que Deus continue usando as mulheres trabalhadoras, as mulheres operárias, as mulheres das comunidades carentes! Não importa se ela é de cor ou não, se é rica ou não. Vamos à luta porque Deus conta conosco!

Muito obrigada, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, meus cumprimentos à deputada Odete de Jesus e à deputada Ada De Luca. E cumprimentando também a vereadora Clara Bernardes, saúdo todas as mulheres catarinenses e também as mulheres que estão presentes nas galerias da Assembléia.

Hoje, no Dia Internacional da Mulher, quero lembrar aqui a força que transforma gerações. E a mulher tem a oportunidade e a graça de começar a fazer essa transformação já no próprio ventre. A mulher também tem a oportunidade, como o homem, de ajudar a transformar a sociedade, mas ela, com carinho, com sensibilidade, com afeto, com o seu jeito característico, faz essa transformação desde a tenra idade, educando, trabalhando, participando das atividades da família, participando da renda familiar. Enfim, é esse conjunto de ações que faz com que a nossa sociedade possa ser um pouco melhor, também com a sua colaboração.

Do ponto de vista de natureza homem ou mulher, é meramente uma estratégia de perenidade, uma estratégia de continuidade para que a espécie continue a existir. Daí então a existência do homem e da mulher.

Mas, hoje, no Dia Internacional da Mulher, queremos dizer que a sociedade, como um todo, precisa se atentar para o fato de que o grande potencial da mulher na sociedade ainda não está sendo utilizado por completo. Dia-a-dia vemos que a mulher participa cada vez mais no trabalho, nas atividades sociais e, especialmente, nas atividades políticas. Político não tem sexo - não é para ter! Nós precisamos cumprir a nossa função de representar e precisamos incorporar as necessidades que são de todos. E precisamos resolvê-las, todos juntos. Essas são as atribuições dos homens e das mulheres.

Aqui dentro desta Casa temos três mulheres que fazem um trabalho muito bom e, sem dúvida nenhuma, as mulheres catarinenses e brasileiras podem se orgulhar pela representação que elas têm aqui no Parlamento. Entendo que o trabalho político não pode ser dividido entre homem ou mulher, e que a atividade política não tem sexo, é um serviço para todos nós. E contamos, sim, com a colaboração, com o apoio, com a dedicação de toda a sociedade para que nós, aqui na Assembléia, possamos cumprir a nossa obrigação de bem representar o nosso povo e de encaminhar as soluções para que, no futuro, possamos oferecer a toda sociedade melhores condições de vida.

Meus parabéns a todas as mulheres, às nossas secretárias, às mulheres que estão mais próximas de nós, que são testemunhas da nossa atividade, que são o nosso refúgio. Muito obrigado e contamos, sim, com a colaboração de todas!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Srs. deputados e sras. deputadas, ontem foi aprovado um requerimento, com a assinatura de todos os líderes, solicitando a suspensão da sessão para que as representantes do Movimento de Mulheres Camponesas ocupassem a tribuna na data de hoje, 8 de março.

Portanto, iremos suspender a sessão por dez minutos para a manifestação da sra. Ana e da sra. Rosalina da Silva, do Movimento de Mulheres Camponesas.

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário está destinado ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Farei uma sugestão, sr. presidente, dado o desabafo das representantes do Movimento de Mulheres Camponesas e aproveitando a presença dos deputados da base do governo. Inclusive, o deputado Edson Piriquito, neste momento, cumprimenta as participantes do movimento. Portanto, quem sabe, os srs. deputados da base governista poderiam pedir ao governador para atender essas mulheres no dia de hoje, já que elas reclamaram aqui que o governador se recusou a fazê-lo.

Deputado Edson Piriquito, quem sabe v.exa. possa marcar essa audiência com o governador, uma vez que sua excelência se recusou a receber as representantes do movimento. É a sugestão que quero fazer em homenagem a essas mulheres pela passagem do seu dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, primeiramente, sr. presidente, muito obrigada pela sua sensibilidade e gentileza em deixar uma mulher conduzir os trabalhos desta Casa num dia tão marcante para nós, mulheres e homens, dia 8 de março.

Realmente, não é um dia para comemorar. Temos que comemorar, sim, as lutas que vencemos durante os longos anos das nossas vidas. As lutas não foram poucas, e não serão poucas, porque a luta das mulheres é algo longo, persistente e vai continuar, sim. Mas quero que nessa luta homens e mulheres batalhem pelos mesmos ideais.

Gostaria de deixar registrado o meu protesto, sr. presidente, sras. deputadas e srs. parlamentares, pois desde ontem, dia 7 de março, estão na Grande Florianópolis duas mil mulheres, que desde janeiro pediram uma audiência com o governador do estado e, infelizmente, até a data de hoje o governador não as pode receber. É lamentável as pessoas não se sensibilizarem depois de ouvirem o depoimento das companheiras Ana e Rosalina. E o que essas mulheres querem, deputada Odete de Jesus, a não ser entregar uma pauta de reivindicações? Quero dizer para o governador que elas estão lá no campo e também na cidade, principalmente no campo, plantando a nossa comida, defendendo uma alimentação mais saudável. As mulheres não vieram aqui para fazer baderna, mas, sim, lutar pelos seus direitos. Um governador como o do estado de Santa Catarina, que promete descentralizar o seu governo com 36 secretarias de desenvolvimento regional, não pode receber as mulheres?

Fica, portanto, o meu repúdio ao governador do estado de Santa Catarina, porque se ele machucou essas mulheres camponesas que vieram do interior do estado, certamente machucou muitas de nós, porque são elas que produzem o alimento que comemos no dia-a-dia, com os quais alimentamos homens, mulheres e também as nossas crianças.

Infelizmente, sr. presidente, eu não poderia deixar de registrar esse incidente, ou esse acidente, que ocorreu na data de hoje, uma data tão marcante. Por isso, deputado Pedro Uczai, elas disseram que hoje não é um dia de beijinhos, de abraços, de dar flores, mas que é um dia, sim, de os homens colocarem a mão na consciência e perguntarem o que essas valorosas mulheres estão pedindo. E quero que v.exas. reflitam sobre isso.

Tinha eu um discurso até bonito, deputada Odete de Jesus, reflexivo, mas fiquei pensando muito sobre o que dizer, desde ontem, quando soube que o governo do estado não receberia essas mulheres. O que nós, mulheres, estamos pedindo, deputado Sargento Amauri Soares? Estamos pedindo uma reflexão neste dia. Pelos parabéns agradecemos, porque para chegar nesse dia muitas e muitas mulheres morreram, para que eu pudesse estar aqui, neste Parlamento, para ser a voz das mulheres.

Será que é difícil entender o que as mulheres pedem? Pedimos creche para os nossos filhos, pedimos luta contra a violência doméstica, a violência familiar, psicológica e moral, que muitos dos senhores, homens, não têm que conviver no seu dia-a-dia. Essa é a nossa luta. Será que é pedir muito? Pedimos pela saúde dos homens, das mulheres e das crianças. Será que é muito pedir pela nossa saúde, nós, que geramos a vida, que lutamos pela vida? Será que é muito? Será que é muito, deputada Odete de Jesus, pedir uma educação de qualidade para as nossas crianças e para os nossos jovens? Será que é muito pedir educação para todos?

A mulher quando pede, deputada Odete de Jesus, não pede só para si. Ela pede para o coletivo, para os homens, para as mulheres e para os seus filhos. Será que é muito pedir habitação para deixarmos a nossa família guarnecida, bem guardada? Muitas mulheres são arrimo de família, sustentam suas famílias, sozinhas. É muito pedir por habitação? É muito pedir pela terra, como bem frisaram essas companheiras que me antecederam, para plantar comida para o povo catarinense e brasileiro? É muito pedir a defesa do meio ambiente, do nosso planeta? É muito soltar a nossa voz para pedir que possamos proteger o lugar onde nascemos, vivemos e vamos ser enterradas? É muito pedir pela luta contra o preconceito e contra a discriminação entre homens e mulheres? Não é muito, gente! E quero que v.exas. reflitam sobre isso, principalmente os deputados da base governista, nessa nova reforma administrativa.

Srs. deputados, duas mulheres saíram de suas casas para soltar a voz aqui, na capital catarinense. Infelizmente, elas não foram ouvidas pelo governador, mas certamente serão ouvidas na praça onde farão suas manifestações. Será que é muito pedir por um projeto que já foi aprovado no Congresso Nacional, que dispõe sobre a aposentadoria das donas-de-casa? O serviço doméstico não rende, não aparece. E só vai aparecer quando as mulheres tiverem a coragem de, ao acordarem, um dia pela manhã, dizer: hoje o dia é só para mim, hoje eu não vou levantar da cama, não vou fazer o café, não vou arrumar a casa, o dia será só para mim!

A mulher não pensa somente nela, muito pelo contrário, ela pensa primeiro nos filhos, no marido e está sempre defendendo os amigos, os colegas de trabalho. No dia em que ela deixar de fazer os seus afazeres - e já aconteceu na Irlanda - aí, sim, vão valorizar o trabalho doméstico. Por isso, a importância da luta das mulheres donas-de-casa, que fazem um trabalho muito importante e não são remuneradas para fazê-lo.

Então, srs. deputados e sras. deputadas, as mulheres estão lutando pela vida, pela geração. Somos a vida, eis que geramos meninos e meninas. Estamos lutando pela vida e queremos ser ouvidas. Somos três neste Parlamento. E quero unir a minha voz à das deputadas Odete de Jesus e Ada De Luca e à de v.exas., homens que dividem este espaço igualmente conosco, porque essa igualdade também precisa estar no campo e na cidade onde essas mulheres trabalham.

Infelizmente o nosso tempo é curto, mas gostaria, deputada Odete de Jesus, de ler um absurdo que já faz parte da história catarinense. Não poderia deixar de fazer a leitura de como nós, mulheres, conquistamos o direito de votar e de sermos votadas. Foi duro, foi muito duro conseguirmos estar no Parlamento catarinense, como também poderemos escolher os nossos representantes.

Vejam, srs. parlamentares, o que diz o livro *O Voto da Mulher*. Isso é histórico, e a história precisa ser contada. Arão Rebelo, da cidade de Blumenau, um dos cinco deputados federais da bancada catarinense que integrava a Assembleia Nacional Constituinte, no dia 4 de abril de 1934, presta sua inestimável colaboração no processo em que a Câmara estava envolvida: escrever a nova Constituição do Brasil.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente e srs. deputados, vivemos numa encruzilhada. É preciso conter os fatos e as idéias emergentes para salvar o organismo nacional. Assim, por exemplo, o direito de voto para a mulher nunca foi uma aspiração dos brasileiros. A finalidade da mulher é a de ser mãe." E não negamos isso. "A finalidade da mulher é ser a rainha do lar." Lógico, pois somos mães e cuidamos da nossa casa. "A missão política é matar o sentimento materno." E foi mais além, dizendo que não se pode comparar a inteligência da mulher com a do homem. Que absurdo! "A mulher não é capaz de alçar vôos, vive a imitar. A mulher não tem vontade própria, nasceu para ser dirigida, não se pode afastá-la da sua finalidade natural. O voto feminino nasceu do desejo de uma novidade."

E existem outros trechos do discurso do deputado Arão Rebelo. Mas quero dizer que por isso custamos muito a conquistar os nossos objetivos e as nossas lutas tão grandiosas.

Este dia 8 de março é só para reflexão. Arão Rebelo, depois dessa eleição, graças a Deus, não se elegeu para mais nada, porque não teve mais os votos das mulheres catarinenses uma vez que não as defendia.

Reflitam sobre isso: defendam as mulheres, pois elas são a maioria em nosso estado e no Brasil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o líder do PPS, deputado Sérgio Grando, por até cinco minutos.

A Presidência devolve o comando dos trabalhos à deputada Ana Paula Lima.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Deputada Ana Paula Lima, nossa presidente no dia de hoje, quero saudá-la e em nome de v.exa. saúdo todas as mulheres de Santa Catarina, do Brasil e do mundo.

Sra. presidente e srs. deputados, num país chamado Guiné Bissau, logo após a sua independência, no dia em que homenageavam as mulheres era feriado nacional. Nesse dia aconteciam diversas atividades de integração e discussões sobre temas sociais. Quem sabe, um dia cheguemos nesse patamar para homenagear as mulheres brasileiras, porque elas são muito importantes para as nossas vidas. Até costume dizer que as maiores conquistas das últimas décadas não foram das lutas de classe, e talvez também não tenham sido tanto pelo avanço dos trabalhadores nas suas organizações, as maiores conquistas das últimas décadas foram principalmente das mulheres, das minorias. E a mulher, o negro e o índio não são mais minorias, são, sim, a maioria da nossa sociedade.

Na última segunda-feira tivemos, nesta Casa, uma sessão solene em homenagem a Darcy Ribeiro. Desde Anízio Teixeira, Lauro Oliveira Lima e Paulo Freire - a quem pude conhecer e ver seu trabalho, inclusive quando dirigente dos professores do nosso estado trouxemos essa pessoa para fazer um debate nesta Casa -, Darcy Ribeiro foi um dos melhores educadores que segui, por ser antropólogo. Por isso, ele sempre previu, na questão da educação e do desenvolvimento deste país, a importância do povo brasileiro, constituído dessa minoria, e a sua necessidade de se libertar e ir para a produção.

Realmente, é algo fantástico, se analisarmos a história deste país e da sua luta. Não é somente Anita Garibaldi, temos também Anita Leocádia Prestes e tantas outras que passaram por essa vida.

Temos que homenagear as mulheres e dizer que o PPS, através da ex-juíza e da ex-deputada federal Denise Frossard, que foi candidata ao governo do Rio de Janeiro, inclusive foi para o segundo turno, estará hoje em Brusque, para uma palestra sobre o papel da mulher na sociedade, a violência contra a mulher, como vencer o crime e sobre a responsabilidade coletiva.

Na sociedade brasileira, as classes mais pobres, a mulher, as minorias, como falamos, que se constituem na maioria do povo brasileiro, são os que mais sofrem, porque há discriminação econômica, educacional, de participação, de cidadania. E só iremos conseguir as conquistas quando tivermos neste país uma democracia participativa. Daí a importância de todos os parlamentares olharem para a reforma política que vem aí, de olharem como vai se dar a participação, em nível igualitário, da mulher com o próprio homem. E estamos nessa luta, porque somos responsáveis.

Portanto, como aqui já foi dito, hoje é um dia de luta, até para comemorar as conquistas, e temos esse direito, sim! Mas essencialmente a luta deve continuar, porque temos que consolidar essas etapas, as vitórias, mesmo que parciais, para uma vida digna e igualitária, justa e fraterna. E só terá sentido a nossa vida, se assim o fizermos, ou seja, se tivermos uma sociedade igualitária e fraterna, ombro a ombro, com as nossas companheiras.

Nesse sentido o PPS registra a sua solidariedade, parabeniza essas mulheres pela luta, pelas conquistas. E com muito ânimo, cada vez mais, vamos ocupar esses espaços, juntos.

Obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sérgio Grando.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, sras. e srs. deputados, público aqui presente, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, telespectadores que acompanham a TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, nós, do Partido Progressista, queremos homenagear todas as mulheres neste seu dia.

Tenho uma avaliação um pouquinho diferente deste dia, pois acho que a origem do dia em que as mulheres são homenageadas tem a ver com um fato que não tem nada para se comemorar, ou seja, quando mulheres foram mortas e queimadas por estarem reivindicando melhores condições de trabalho e de salários.

Esta é, pelo menos, a minha tese. E não só penso como acho que todos os dias são dias da mulher. Respeitando o gosto de todos, sra. presidente, eu não consigo viver sem mulher.

Alguma dúvida, deputado Edson Piriquito? Eu me garanto!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Meu líder, parabéns a v.exa. por não ter entrado na dele, porque já se percebeu aqui que há gente escalada para tentar desestabilizar v.exa. e outros deputados. É a missão que recebeu para ficar aqui.

Que bom que v.exa. não está mordendo a isca. É assim que temos que agir. Até os funcionários da Casa já perceberam que há alguém que está sendo bancado aqui dentro para provocar, porque se não agir desta forma vai ser mandado embora.

Mas eu quero, deputada Ana Paula Lima, associar-me ao protesto de v.exa., que diz respeito ao depoimento que ouvimos, hoje, dessas duas camponesas que disseram que o sr. governador se recusou a recebê-las no Dia Internacional da Mulher. As camponesas só querem entregar uma pauta reivindicatória ao governo do estado. O governo da descentralização, um governo que tem mais de 50 secretários de estado ganhando bem para fazer pouco, recusa-se a receber as líderes desse movimento.

Que motivos há para comemorar, deputada Ana Paula Lima, quando este governo, autoritário, se recusa a receber as produtoras rurais que vieram em marcha pedir apenas e tão-somente a ele que receba a sua pauta reivindicatória?

Este é o governo da descentralização e da democracia!

Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O restante do tempo será dividido com o deputado Sílvio Dreveck, que estava, hoje, inscrito para falar.

Mas antes de s.exa. começar o seu pronunciamento, gostaria de prestar uma homenagem a minha querida cidade, Joinville, que amanhã completa 156 anos. Tenho muita honra de estar representando o maior município de Santa Catarina, juntamente com os deputados Darci de Matos e Nilson Gonçalves, que foram eleitos por Joinville. Mas amanhã estaremos em festa comemorando os seus 156 anos.

Era este o registro que gostaria de fazer.

O restante do tempo será destinado ao deputado Sílvio Dreveck.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, pelo restante do tempo destinado ao Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, primeiramente, quero fazer a minha manifestação com relação ao Dia Internacional da Mulher.

Permita-me, deputada Ana Paula Lima, na pessoa de v.exa., da deputada Odete de Jesus e da deputada Ada De Luca, transmitir a minha satisfação, os meus cumprimentos e as minhas saudações a todas as mulheres deste país e, por que não dizer, deste planeta, por esta data tão relevante, como muito bem v.exa. colocou em seu pronunciamento.

Mas assomo esta tribuna, no dia de hoje, devido a um assunto muito relevante e, ao mesmo tempo, preocupante na região norte e nordeste catarinense, que diz respeito a uma situação que, além de nos preocupar, tem a ver com todos os srs. deputados, com o governo federal e, principalmente, com o governo do estado.

A região norte catarinense vem passando por dificuldades há muitos anos, desde a região de Porto União, Canoinhas, Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Rio Negrinho, porque perdeu a sua atividade econômica que era a agricultura, a extração da madeira e da erva-mate. Em contrapartida, não se criou alternativa para aquela gente, a fim de que pudesse ter qualidade de vida.

No entanto, os municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, mais industrializados e incentivados para exportar, ingressaram de corpo e alma - os nossos empresários, as nossas empresas, os nossos colaboradores - na exportação, principalmente na exportação de móveis. Mas para isso tiveram que alterar os seus processos e tiveram que investir em tecnologia. Exportar é muito bom porque gera emprego, renda.

Infelizmente, depois de uma década ou mais de investimentos, nós nos deparamos, hoje, com uma situação calamitosa, para não dizer outra coisa. Por quê? Porque o exportador está enfrentando a maior carga tributária do mundo, as taxas de juros mais altas do mundo, o problema do câmbio, ou seja, a moeda valorizada e, em contrapartida, o dólar em queda, o que é bom por um aspecto, mas negativo para quem exporta. Porque na medida em que o governo incentiva a exportação, no caso do estado de Santa Catarina, o exportador é isento do ICMS, o que é muito bom, desde que esse crédito de ICMS seja repassado às nossas empresas, e não vamos dizer nem empresários.

Não é com satisfação que venho dizer isso aqui. É com tristeza, porque estou vendo o desemprego que está ocorrendo na região norte catarinense, principalmente pela área moveleira.

O município de São Bento do Sul, para se ter uma idéia, exportava 30% da sua economia. Isso é número de Primeiro Mundo, sendo que o município está pautado em 40% da atividade no setor moveleiro. Mas, infelizmente, um grupo de empresas não muito grande, que é representado pelo sindicato moveleiro, entregou-me um relatório e a dívida que o estado tem com essas empresas, no que diz respeito ao ICMS, que ultrapassa aos R\$ 30 milhões.

É uma dificuldade enorme, em todos os aspectos, porque esse dinheiro poderia pelo menos amenizar o capital de giro, deputado Jandir Bellini. E nós sabemos que hoje a empresa não tem aquela margem toda que pode ter como um grande capital de giro.

Esse dinheiro do ICMS, deputados, poderia muito bem amenizar o problema. E se não tomarmos nenhuma iniciativa, certamente a nossa região entrará em colapso, deputada Ana Paula Lima, principalmente no que diz respeito ao desemprego, trazendo sérios problemas sociais.

Então, esta minha manifestação é para pedir aos nobres pares, ao governo, à Oposição, às entidades representativas, como a Fiesc, a Associação Comercial e Industrial e os sindicatos, para que façam um apelo ao governo do estado, no sentido de que faça um cronograma e o cumpra.

Nós sabemos que há época que não há dinheiro para fazer novas obras, que há época que não há dinheiro para investir e até admitimos que, por um determinado momento, podemos aceitar isso, mas não podemos ficar calados nem aceitar quando essas dívidas se arrastem por mais de dois, três anos e que, ao mesmo tempo, haja uma falência de uma atividade econômica, como o ramo moveleiro, na nossa região, que é o maior exportador de móveis do Brasil em termos setoriais e regionais.

Esta exportação não ocorre somente em São Bento do Sul, em Rio Negrinho e em Campo Alegre. Ela se estende numa cadeia produtiva englobando diversos municípios como Canoinhas, Porto União, Timbó Grande, porque toda essa região produz pinus, envolvendo toda uma mão-de-obra indireta que, a cada dia, terá mais dificuldade para se manter no emprego.

Sr. presidente e srs. deputados, este é o apelo que faço, ou seja, que haja sensibilidade por parte do governo em retornar os recursos do ICMS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PL.

(Pausa)

Não havendo deputados do Partido Liberal que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, líder do partido, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de estar aqui nesta Casa, lideranças do sul do estado que estão aqui nos prestigiando, como Adão Generoso, presidente da Associação do Hospital de Dom Joaquim, de Sombrio; Marcelo, administrador de um hospital onde tivemos uma participação efetiva na abertura e hoje orgulha muito a nossa região do sul do estado; Nego Gomes, vereador, lutador, guerreiro da região; Adroaldo que representa o CDL de toda aquela região; meu amigo Cacaí Amorim, da Rede Amorim; nosso presidente da Câmara de Vereadores, que também está nos acompanhando, demais lideranças que estão aqui presentes. Hoje, o extremo sul de Santa Catarina está aqui presente.

Quero aqui falar sobre o trabalho no estado realizado pelas secretarias com relação ao Hospital Dom Joaquim, de Sombrio. Esse hospital estava fechado, mas com a criação de uma associação e com a participação de empresários, do governo, das prefeituras e da sociedade, o hospital reabriu e hoje é um orgulho muito grande para a nossa região, atendendo toda aquela população, não só de Sombrio, como de toda a região.

Quero destacar o dia 8 de março, que é tão importante, pois é o Dia Internacional da Mulher. Muitas mulheres estão ocupando espaço com muita competência, mas ainda há muitos freios de mão trancando o seu trabalho, pois elas não têm autonomia suficiente para que possam dizer que são livres e soberanas para atuar.

Mas quero, aqui, hoje fazer a minha homenagem às mulheres catarinenses, brasileiras por tudo aquilo que realizam, que fazem, porque acredito que as mulheres já são um orgulho para todos nós.



Por isso que nesta Casa há três deputadas. Acho que é um sinal e um início de um novo tempo, pois as mulheres estão ocupando o seu espaço, ainda devagar, mas com certeza vão alargar os passos para terem condições de igualdade com os homens no Poder Legislativo.

Parabéns por este dia tão importante, Dia Internacional da Mulher, dia de todas as mulheres e das mulheres trabalhadoras que conhecemos.

Eu queria aqui relatar o que houve na minha região. A minha região recebeu um presente de grego, no sábado passado. Enquanto comemorávamos a maior festa da história do Brasil, dos caminhoneiros, Praia Grande, São João do Sul e Jacinto Machado sofreram uma enchente que praticamente destruiu tudo. Praia Grande ficou toda destruída. São João do Sul um pouco menos, Jacinto Machado também, mas em Praia Grande não há uma rua que não ficou destruída. Casas foram arrancadas, foram deslocadas para o meio da rua, um prejuízo incalculável. Então, foi uma destruição de quase 100%.

O governo do estado foi comemorar, no domingo, a festa do caminhoneiro, mas acabou ficando pouco tempo conosco, para poder ir visitar esses municípios atingidos pela enchente.

A Defesa Civil do estado de Santa Catarina, no domingo, esteve lá presente fazendo todos os levantamentos, para que possamos ver o tamanho do prejuízo e ajudar, contribuir com recursos, evidentemente, federais, estaduais. Recebemos até contribuição de Blumenau, que já mandou donativos para ajudar a região que mais sofreu com a enchente.

Então, essa ocasião foi marcada por dois momentos: por um momento de alegria, porque estava sendo realizada a maior festa do Brasil, não só do Brasil, como também do mundo, na categoria de caminhoneiro, e por um momento de destruição nesses municípios que passaram por uma grande enchente, ocasião em que o povo ficou desesperado porque a cidade toda foi invadida pela água e ficou sem luz. V.Exas. podem ter idéia do desespero daquela população?

Então, nós queremos aqui deixar registrado o que ocorreu nesses municípios. Mas agora, na segunda-feira, irei a Brasília e lá permanecerei na terça-feira para poder ajudar nos encaminhamentos da Defesa Civil, a fim de tentarmos conseguir recursos para a recuperação desses três municípios. Dois são administrados pelo PMDB e um é administrado pelo PP. Mas nós iremos trabalhar juntos pela recuperação desses municípios. Nessa enchente acabou morrendo uma criança de sete anos que estava numa casa que foi quase carregada pela água. O pai ficou com uma criança de dois anos no colo, com a esposa grávida, mas não conseguiu segurar todos juntos e o menino de sete anos perdeu a vida, lamentavelmente. Mas espero que possamos, no mínimo, reduzir o sofrimento dessa família e daquela população.

A Maria Darci, da Cohab, já se colocou à disposição para que as casas que foram carregadas e demolidas pela água sejam recuperadas, sendo feitas novas casas para essas famílias.

Então, acho que é um trabalho importante, de respeito para a população do extremo sul de Santa Catarina, do Vale do Araranguá. Mas a região que mais foi atingida foi o Vale do Mampituba, o rio Mampituba. Nós esperamos dar um pouquinho de esperança à população, ajudando-a neste momento tão difícil, para que tenha coragem de continuar lutando e trabalhando.

Mas eu vou ler uma nota dirigida à direção da Associação Hospitalar Dom Joaquim. (Passa a ler.)

"Projeto de Lei de origem parlamentar n. 049/2007, deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Instituição Associação Hospitalar Dom Joaquim, com sede no município de Sombrio."

Esse projeto será votado e aprovado no dia de hoje, neste Parlamento. Até parece que isso foi combinado, mas foi coincidência. Era para os funcionários do hospital irem até a secretaria, mas, por coincidência, estão aqui neste momento.

Eu quero dizer que a luta, o trabalho continua. A nossa responsabilidade é ajudar, meu caro deputado e amigo Edson Piriquito, toda Santa Catarina. Mas o coração fala mais alto pela minha região aqui do sul, que é a minha base, como v.exa., evidentemente, pela região de Itajaí, que é a sua base. Nós trabalhamos em cima de resultados e a população, quando eleger um parlamentar, não é porque ele é cabeludo, careca, feio, bonito, novo ou velho. Ela eleger um parlamentar na esperança viva de dias melhores. E quando não há resultado, evidentemente que ela fica frustrada, como tantos outros políticos já frustraram a população.

Por isso às vezes trabalhamos além do limite, para buscar resultados à população e à nossa sociedade, que faz por merecer; nós trabalhamos e lutamos muito para obter um resultado à nossa região, para que possa crescer e desenvolver, ter emprego, renda, melhorando a sua qualidade de vida.

Como o nosso tempo foi dividido com dois parlamentares, neste segundo momento passo a palavra ao deputado Edson Piriquito.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Antes de v.exa. concluir e passar a palavra para o deputado Edson Piriquito, eu quero apenas dar um retorno e uma satisfação à deputada Ana Paula Lima. Quero dizer a ela que o governador Luiz Henrique da Silveira não se encontra no momento no Centro Administrativo, mas eu e o deputado Elizeu Mattos conversamos com o secretário Ivo Carminati e ele está pronto para receber a comitiva das mulheres camponesas em nome do governador, receber a pauta de reivindicações e fazer os encaminhamentos devidos que estiverem à altura da competência legal do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu gostaria que a deputada Ana Paula Lima retirasse o que disse a respeito do governador, porque enquanto v.exa. estava falando a bancada estava trabalhando para que a comitiva fosse recebida. V.Exa. disse que o governador não atendeu, ou não quis atender a comitiva e não é bem assim. O governo faz de tudo para atender.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, funcionários desta Casa, telespectadores da TVAL, radiouvintes da Rádio Digital, comunidade presente, minha saudação. Como já informou o deputado João Henrique Blasi, deputado Rogério Mendonça, o secretário Ivo Carminati - estive em contato com ele assim que houve a manifestação, creio que muito bonita, das mulheres camponesas -, disse que estava desde as 10h esperando por elas e até aquele momento elas ainda não haviam chegado, talvez até por terem se atrasado um pouco aqui na Assembléia Legislativa.

Quer dizer, discutir se esse ou aquele vai atender é apenas uma questão de capricho, mas o governo está atendendo. O secretário Ivo Carminati é um representante oficial do governo do estado de Santa Catarina, uma pessoa com muita competência, dignidade e com responsabilidade para responder a altura os pleitos que sejam exigidos ou defendidos por todas as categorias.

Embora o tempo seja curto, aproveito para parabenizar todas as mulheres desta Casa, deste Parlamento, as mulheres que nos assistem e nos ouvem, pela passagem do seu dia. Vendo pelo lado positivo, hoje é um dia de comemoração. A causa, foi uma tragédia que aconteceu, mas foi escolhido esse dia para fazer o contraponto, para fazer uma homenagem a essas belas mulheres, mulheres que fazem as nossas vidas.

Se não fossem as mulheres nós não estaríamos aqui, pois do seu ventre é que nós viemos. A mãe que cuida, que tem amor, que educa com a parceria do pai, que também tem uma grande responsabilidade, não tenho dúvida disso, sou pai e amo meu filho, amo minha família, mas nós reconhecemos o valor indispensável e transcendental que as mães têm. A mulher realmente ocupa um lugar de destaque.

Parabéns a todas as mulheres. Sintam-se felicitadas e homenageadas. E digo a vocês, sintam-se prazerosas por esse dia, olhando pelo lado positivo.

A notícia que trago é uma outra notícia positiva, deputado Peninha.

Nesta Casa virou regra agora, principalmente por parte dos deputados que não gostam dos suplentes, que vivem dizendo que estou aqui a serviço, que vão me retirar. Eu os desafio. Façam uma campanha para me retirar, quero ver se têm capacidade para isso. Isso é besteira, não existe, é perda de tempo, deputado Pedro Uczai. Não respeitar o suplente é não respeitar o companheiro, e mais uma vez tenho que falar isso para ver se ele aprende. Passaram três legislaturas e ele ainda não aprendeu. Tem gente que não adianta.

E como já foi dito pelo deputado Elizeu Mattos, talvez ele tenha que voltar para a escola, mas não como professor, para o banco escolar para passar por um processo de reeducação.

Eu quero comemorar a notícia trazida aqui nesta Casa, deputado Sargento Soares, pelo nosso grande companheiro deputado Antônio Aguiar e que hoje é matéria do jornal *ANotícia*.

Vejam só a magnitude desta notícia.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina terá hospital da Rede Sarah.

Uma das maiores redes mundiais em tratamento de reabilitação motora deve se instalar em Santa Catarina. O governador Luiz Henrique da Silveira e a diretora-executiva da Rede Sarah Lúcia Willadino Braga, assinaram segunda-feira uma carta de intenções para unir esforços e concretizar a instalação do Hospital Sarah em Florianópolis. A unidade poderá estar funcionando daqui há três anos." [sic]

Vejam só a intenção do governo do estado!

(Continua lendo)

"(...) O Estado vai disponibilizar o espaço de, no mínimo, 40 mil metros quadrados com estrutura básica, providenciar um acesso viário para a unidade e interagir com os órgãos envolvidos." [sic]

Vejam como coisas boas acontecem quando temos pessoas bem intencionadas. Nós temos a Rede Sarah em Brasília, São Luiz, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro, Macapá e agora, deputada Ana Paula Lima, estamos aí com uma grande possibilidade de recebermos aqui em Santa Catarina.

Esse é o lado positivo de aumentarmos a qualidade de vida em nosso estado, e vocês podem esperar que quando esse hospital da Rede Sarah for instalado aqui, deputado Peninha, os deputados que continuarão na Oposição vão dizer que vai continuar a "ambulancioterapia", porque todo mundo vai querer ser atendido no hospital da Rede Sarah.

Nós gastamos em torno de R\$ 3 milhões, somente enviando cerca de 150 pacientes para o hospital Sarah Kubitschek. Vejam só como é elevado o custo, quanto é sacrificado do cofre público para poder atender o nosso povo, a nossa gente. Vejam só a nobreza de termos aqui no estado catarinense tal unidade. Como eu gostaria que pudéssemos ter em todas as regiões, deputado Jandir Bellini, em nossa região principalmente, um atendimento desse.

Eu defendo muito a bandeira da saúde. Como vereador, durante os quatro anos, fui um defensor incansável da melhoria nos atendimentos e que a nossa região pudesse atender casos de alta complexidade. Hoje, o Hospital Marieta Konder Bornhausen, graças a Deus, já está habilitado para fazer cirurgias cardíacas, esse foi um ato do secretário Dado Cherem, mas a deficiência na Saúde na nossa região ainda existe e tem que melhorar.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Com relação ao Sarah Kubitschek, da mesma forma, quero me somar aos elogios ao governador Luiz Henrique da Silveira e a todas as pessoas envolvidas em trazer essa unidade hospitalar para Santa Catarina.

Já estive, em diversas situações, ajudando pessoas para levá-las a Brasília e muitas se recuperaram totalmente dos problemas de saúde, graças ao Sarah Kubitschek.

Então, a vinda do Sarah Kubitschek para Santa Catarina também será, com certeza, a garantia de ampliarmos o atendimento aqui no nosso estado. Portanto, o Legislativo catarinense tem que somar-se a esse esforço do governador e das demais lideranças, para trazer o Sarah Kubitschek para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Agradeço, deputado.

Só sabe a nobreza de um empreendimento dessa envergadura quem tem comprometimento e compromisso com a comunidade. Eu atendia 40, 50 pessoas por dia com problemas de saúde. Eu sei o que estou dizendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Srs. deputados, agradeço a manifestação do deputado João Henrique Blasi, quando disse que o sr. secretário de estado de Coordenação e Articulação irá receber as mulheres. Elas vieram para falar com o governador, mas serão recebidas pelo governo do estado.

Mas, para frasear um poeta: "O céu é do condor como a praça é do povo". As mulheres estão na praça.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que recebeu do secretário de estado de Coordenação e Articulação, sr. Ivo Carminati, o seguinte ofício:

(Passa a ler.)

"Florianópolis, 07 de março de 2007  
Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JULIO CESAR GARCIA  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Estado de Santa Catarina  
NESTA

Senhor Presidente

De ordem do senhor Governador, e em atenção ao ofício nº 0029/2007 dessa Casa Legislativa, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Ofício nº 056/07 da Secretaria de Estado do Planejamento e o Ofício nº 789/07 da Secretaria de Estado da Administração, com o objetivo de prestar informações relativas à diligência da Comissão de Constituição e Justiça a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 0001.8/2007, que 'Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual'.

Respeitosamente

(a)Ivo Carminati

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação\*[sic]

Esta Presidência encaminhará, então, à comissão de Constituição e Justiça este ofício para sua diligência.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs 0073/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0074/2007 e 0075/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, e 0076/2007, de autoria do deputado Gelson Merisio, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, que solicita envio de votos de pesar aos presidentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do Conselho Episcopal Regional Sul IV da CNBB e ao bispo da Diocese de Chapecó, pelo falecimento de dom Ivo Lorscheiter, ex-presidente da CNBB.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica às sras. Laura Wandelli e Tetê Socas, cumprimentando-as pela iniciativa de promover a mostra Mulheres Representam Mulheres.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica às sras. Regina Ramos Santos e Marlene Preuss Cardoso, cumprimentando-as pela posse como presidente e vice-presidente, respectivamente, do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica cumprimentando a Associação dos Moradores do Bairro Vila Flor, de Capivari de Baixo, cumprimentando pela posse da nova diretoria daquela associação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sílvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Rodeio, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros da Saúde e da Educação, solicitando a apreciação do pleito de extinção do projeto ou programa de prevenção e de saúde reprodutiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria da comissão de Segurança Pública, solicitando ao governador do estado e ao secretário da Agricultura, informações sobre a situação em que se encontram os pagamentos das parcelas do Programa de Renda Mínima aos agricultores que aderiram ao referido programa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria dos membros da comissão de Segurança Pública, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, solicitando informações sobre o projeto de construção do novo prédio em Balneário Camboriú e sobre a ampliação e/ou construção do novo Centro de Internação Provisória, da mesma cidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, o deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Gostaria de subscrever este pedido de informação, porque há muitos anos vem sendo anunciada a construção de um prédio que atenderia os três municípios: Camboriú, Balneário Camboriú e Itajaí. Os três municípios já dispuseram da área para a construção desse prédio e até agora nada aconteceu.

Gostaria de subscrever este pedido de informação, se me for permitido.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência dos deputados Edson Piriquito, Sargento Amauri Soares e Dirceu Dresch, o deputado Jandir Bellini irá subscrever este pedido de informação.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria dos deputados Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Edson Piriquito e Kennedy Nunes, a ser enviado ao sr. governador do estado e ao secretário de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, solicitando esclarecimentos acerca dos cursos de formação de cabos e sargentos e do quadro de oficiais auxiliares da Polícia Militar de Santa Catarina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discussão, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, nós discutimos este assunto ontem, na comissão de Segurança Pública, na qual estavam presentes os deputados Edson Piriquito e Dirceu Dresch, que é o nosso presidente.

Nós estamos encaminhando este pedido de informação dentro do processo de discussão e do trabalho junto ao governo do estado, ao Poder Executivo, para que possamos, efetivamente, evoluir no fato de colocar em prática o plano de carreira, aprovado nesta Casa Legislativa há mais de um ano, que possibilita na lei, e que é possível na prática, porque existem as vagas previstas em lei que estão em vacância, de cabos para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros e de 3º sargento para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Há necessidade de realização permanente e continuada do curso de aperfeiçoamento de sargento, que é critério necessário para a promoção à graduação de 1º sargento. Inclusive falando de um caso particular, o meu, eu não fui promovido à 1º sargento antes da reserva remunerada, imposta por lei, por ter assumido o cargo nesta Assembléia Legislativa, porque não tinha o curso de aperfeiçoamento de sargento. Não possuía porque não fui chamado, não fui convocado para realizar esse curso.

Então, esse é mais um curso, além dos outros dois que já falei, e o terceiro - sobre o qual já tivemos nesta semana, terça-feira, uma audiência neste Parlamento com o deputado João Henrique Blasi, líder do governo -, que é a realização do curso para acesso ao Quadro de Oficiais Auxiliares - QOA, que há mais de uma década não é realizado. Temos hoje 155 subtenentes da Polícia esperando esse curso para preencher as 31 vagas de 2º Tenente do Quadro Auxiliar, conforme prevê e determina a lei nos últimos dois anos.

A outra questão é que continuamos aguardando a entrada, neste Poder Legislativo, do projeto de lei complementar que deve regulamentar a aposentadoria das policiais e bombeiros femininas aos 25 anos de serviço. Foi uma lei aprovada com grande festa no ano passado, por esta Assembléia Legislativa. Para as policiais civis já está sendo cumprida, e para as nossas companheiras da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros ainda não, por conta de um esquecimento, à época, de alterar um dispositivo do Estatuto dos Militares Estaduais.

Assim estamos nesse processo, até aguardávamos que no dia de hoje pudesse, como é o Dia Internacional da Mulher, chegar esse projeto de lei complementar aqui nesta Casa. Então, estamos pedindo o apoio dos demais parlamentares para que se encaminhe esse pedido de informação, no sentido de formalizar, oficializar o pedido da Casa a esta demanda dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e não só dos praças, a aposentadoria aos 25 anos interessa a todas as militares estaduais e a todas as policiais do estado de Santa Catarina, bem como as agentes prisionais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Sargento Amauri Soares, já com aquiescência do deputado Edson Piriquito e com a sua também, tenho certeza, gostaria de subscrever este pedido de informação.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Jandir Bellini, a ser enviado à secretária do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda do estado de Santa Catarina, solicitando esclarecimentos acerca de repasse, pelo estado, de recursos aos municípios através dos Fundos Municipais de Assistência Social em 2006.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sérgio Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, e companheiros deputados, o mundo moderno da robótica, da automação e da informática gerou um desenvolvimento que, para apresentar excelência, produtividade, gera a consequência do desemprego no mundo, nos países em desenvolvimento.

Mas não podemos negar a evolução da ciência. Se o sistema binário zero e um... Nós podemos fazer todas as nossas contas - adição, subtração, radiação, exponenciação, derivada e integrada - por sistema decimal, e sabemos que a máquina também faz todas as operações, no caso, com zero e um. Podemos ter outras bases numéricas para realizar operações, base 5, base 3, mas o zero e o um essencialmente significam liga e desliga, ou seja, sim e não. Dessa maneira, de forma ágil, a informática permitiu decodificar o DNA humano e, em consequência, o genoma. E como consequência trouxe a cura para as principais doenças, de forma ágil, preventiva e rápida.

Esse zero e um do sistema binário, do sistema de informática, gerou um processo dos transportes - tudo sincronizado, o mundo passou a ter agilidade e rapidez. Em consequência disso, temos que lutar, e estamos lutando cada vez mais, para a democratização da informática, desses dados, do mundo econômico que surgiu, porque não mais só o circuito integrado, mas também os semicondutores se fazem presentes.

Vimos que a consequência da não-democratização gerada por esse processo da informática fez com que tivéssemos uma catástrofe, e o mundo ficou aterrorizado. Os satélites, quatro horas antes, já sabiam que aquele Tsunami produzido na Indonésia iria ocorrer, mas, no entanto, não havia comunicação para, de forma preventiva, avisar. Com certeza, se aquilo fosse para a costa americana, haveria alguma mobilização, mas como eram países pobres, em desenvolvimento, mais de 250 mil pessoas morreram, mais do que com as duas bombas de Hiroshima e Nagasaki.

Qual a consequência disso? A Organização das Nações Unidas obrigou os países desenvolvidos a fornecerem a tecnologia dos satélites, com bóias, inclusive, junto ao mar, de forma preventiva, para que não acontecesse mais isso. Quer dizer, precisou que houvesse todo esse sacrifício, todo esse desastre, para depois, então, trazerem a solução.

O que significa isso? Isso significa que hoje, além da informática, estamos vivendo um outro momento. Nós, que participamos na votação e na discussão do Protocolo de Kyoto, temos que entender que os Estados Unidos não assinaram o Protocolo de Kyoto não por serem imbecis, serem contra, mas devido a algumas cláusulas de conquista da humanidade. Uma delas: para poder absorver um dos gases do efeito estufa, seja o metano, que é o resultado da putrefação, da decomposição; seja o dióxido de carbono, que é da queima; seja o enxofre, que produz a chuva ácida; seja o nitrato, que é dos adubos... Então, esses gases produzem o efeito estufa. Ora, o que acontece? Qualquer mecanismo de desenvolvimento limpo que sugar um dos gases do efeito estufa, ao estar em funcionamento, cai a patente. Foi isso que os americanos não aceitaram.

Outra questão: 65% da matriz americana são originárias do combustível fóssil, quer dizer, do carvão e do óleo, enquanto que o Brasil tem 94% de origem hídrica, somando aí as questões do álcool, do biodiesel e outras alternativas.

Então, está surgindo, assim como na informática surgiu, uma nova economia mundial - inclusive, há uma bolsa chamada Nasdaq -, que é a questão do crédito de carbono.

Ora, o homem, com a inovação, com a tecnologia da informática, passou a ser dono da informação. Vejam que cidadania importante estamos tendo no mundo: o cidadão ser dono da informação! As pessoas têm o seu computador em casa e o seu celular e, portanto, qualquer coisa que acontece no mundo, elas ficam sabendo *on line*, no mesmo momento.

Então, caiu a cortina de ferro. A democracia da comunicação fez com que não houvesse mais segredo de pesquisa, de desenvolvimento em outros países; passou a ser democrático.

Ora, o que estamos vendo hoje? Hoje estamos vendo que podemos ter uma cidadania mais completa, em que o homem, além de ser o dono da informação, passa a ser o dono da energia, porque o mecanismo de desenvolvimento limpo chamado carro de hidrogênio, que absorve hidrogênio e oxigênio e sai a água, poderá estar ao alcance de todos os cidadãos. A pessoa compra esse carro de hidrogênio e pode recarregá-lo na tomada, através do sistema, como é feito com o telefone. E isso já existe no Japão, nos Estados Unidos e na Alemanha, que acabou de lançar, e eles não podem cobrar patente. Então, esse cidadão passa a ser o dono da energia. Portanto, ele vai andar sem passar pelos postos de gasolina porque tem um carro de hidrogênio.

Ora, dessa forma temos o surgimento da nova economia, como acontece com os biodigestores aqui em Santa Catarina e que a Sadia está pesquisando na questão dos dejetos de suínos; como existe na questão do metrô, que tiram de circulação os ônibus que emitem dióxido. E vamos, então, ter uma atmosfera mais limpa, pois não há a emissão de gases.

Todo mecanismo de desenvolvimento limpo significa de ponta, na pesquisa da nanofísica, produzir energia consumindo a menor parte da energia, quer dizer, gastando o mínimo possível as reações ocorrem. Então, neste sentido, vamos ter uma nova forma de economia, que é o crédito de carbono.

Pois bem, aonde é que estamos querendo chegar, mostrando que o homem, como cidadão, tem a liberdade e o acesso à comunicação, que essa comunicação se estendeu a todos os países por obrigatoriedade das Nações Unidas, inclusive para evitar as catástrofes? Que agora está surgindo um novo cidadão, dono da energia, pelo avanço da ciência e da tecnologia.

Nós vamos chegar ao raciocínio do porquê da presença do Bush no Brasil. Porque para termos a energia alternativa, menos poluente, temos que ter o sol, que todo mundo sabe que, ao absorber junto o dióxido de carbono, faz a fotossíntese, produzindo células vegetais. E ali está armazenada a energia, seja em forma de glicose, como é o caso da cana-de-açúcar - pois tudo que é doce, fermenta, como a uva, quando se produz o vinho -, que produz o álcool.

Então, nós temos o sol! Será que os Estados Unidos têm o sol tanto quanto nós? Será que a Europa tem o sol tanto quanto nós? Não tem! Nós temos árvores e não temos desertos. Portanto, daqui a 40, 50, 100 anos, o país do futuro, em energia alternativa, será o Brasil!

Imaginem v.ex.as.: Nova Iorque tem o sol de Florianópolis? Boston tem o sol do Rio de Janeiro?

Nós sabemos que em países frios e gelados as árvores, durante o inverno longo de seis meses, não se desenvolvem, não produzem fotossíntese e, dessa forma, não armazenam energia. Se os senhores forem ao Canadá, onde nós estivemos, verão que o *pinus elliotii* leva 40 anos para crescer porque durante seis meses ele não se desenvolve.

Agora os senhores imaginem com o sol e com o sistema de árvores nativas que nós temos, a tecnologia que nós desenvolvemos. E daí a preocupação estratégica do governo americano... E falo Bush porque é diferente. Como é uma confederação, dez estados americanos assinaram o Protocolo de Kyoto, as 80 maiores empresas americanas assinaram o Protocolo de Kyoto. E nós temos um exemplo aqui na Campina da Alegria, a Irani com a Shell comprando. Quer dizer, entidades particulares ajudando a combater o efeito estufa.

Então, Bush vem aqui e eu quero cuidados, porque daqui a um ou dois anos vamos ter energia nuclear sendo ampliada no Brasil, sem necessidade. Já existem revistas intelectuais admitindo que a energia atômica pode ser uma energia limpa. Nós não precisamos disso! Nós temos a energia hidrelétrica! Olhem bem: as nossas represas, por três, quatro anos, emitem metano, o que significa que vão poluir, produzir o efeito estufa. Mas depois de fazer a decomposição orgânica, elas absorvem o gás carbônico, assim como o mar absorve os gases do efeito estufa.

Então, nós temos que ter esse cuidado, e isso me preocupa porque 50% do nosso álcool vão para os Estados Unidos. Hugo Chávez faz os seus discursos fáceis, mas continua vendendo petróleo para os Estados Unidos. Nós sabemos que os Estados Unidos estão tendo problemas muito sérios na questão do Iraque, e provavelmente irá se discutir uma estratégia futura relacionada à questão do Irã, e vai ser belicista. E daí a questão do homem ser dono de energia são os regimes de exceção e o medo que poderá ocorrer no mundo no futuro.

Esse é o alerta que eu quero fazer na questão da visita do Bush: que todos nós possamos protestar porque o que está em jogo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente e srs. deputados, este debate que o deputado Sérgio Grando trouxe aqui nesta tribuna é fundamental e estratégico para pensarmos no país e na sua soberania de energia. E acho que a síntese que fazemos hoje, no Dia Internacional das Mulheres, é a soberania de energia limpa, renovável. Daí nós vamos ter um longo debate, deputado Sérgio Grando, para fazer nesta Casa, porque uma das paixões que eu tenho, nos meus últimos 20 anos, é discutir a questão energética. Chegamos a propor aqui quatro projetos de lei na área de biocombustível para debater junto com a sociedade catarinense.

Mas o segundo ponto que se junta com a atividade de hoje é que não basta pensarmos, estrategicamente, o Brasil ser hegemônico energeticamente; temos também que pensar na soberania alimentar.

Eu tenho como grande síntese do futuro do Brasil a mudança do modelo energético de energias fósseis para energias renováveis, e o grande modelo produtivo e novas bases sociais, econômicas e ambientais da agricultura, da questão agrária e agrícola. E nada melhor do que essa tese central no Dia Internacional das Mulheres para trazer aqui neste debate a alimentação saudável, a agroecologia, a produção orgânica em que o alimento extraído da terra pode, lá no agricultor, não produzir os efeitos do agrotóxico que faz com que as pessoas morram antes do tempo. E as pessoas que consumirem os produtos também estarão ingerindo alimentos saudáveis e não irão morrer antes do tempo.

Portanto, essa é uma discussão de modelo de sociedade. Essa sociedade construída, contraditória, produz não só injustiças, mas também a destruturação do meio ambiente e a destruturação da própria saúde humana. Esse é o debate central e decisivo, e nada melhor do que, com o rosto feminino, o dia 8 de março para trazer essa perspectiva, esse horizonte e essa utopia.

Por isso quero dedicar alguns minutos para falar aqui das mulheres. Eu acho que no dia de hoje precisamos trazer aqui a denúncia, a crítica, a indignação ética, porque em 2007 ainda vivenciamos processos de violência, de exploração, de dominação, de subordinação das mulheres no processo econômico, no processo político e no processo cultural. Ou seja, continua-se construindo um modo de ver o mundo em que as mulheres, nos seus valores, na sua cosmovisão, estão colocadas em uma situação de subordinação, de inferioridade, de discriminação.

Reduzir o salário ou o salário menor de mulheres é só a consequência dessa concepção de mundo, dessa visão de sociedade em que não se constroem as mulheres numa perspectiva de igualdade social, de igualdade política e de igualdade cultural.

Por isso vivenciamos, e ontem eu dizia isso aqui, processos de violência de diferentes ordens, de diferentes naturezas, desde a violência doméstica, a violência sexual, a violência física, a violência no espaço do trabalho, como o assédio sexual, como o assédio moral, como a discriminação com o salário, como o espaço na política e no poder. E as mulheres trabalhadoras negras, as mulheres trabalhadoras camponesas, as mulheres trabalhadoras índias e as mulheres trabalhadoras dos grupos minoritários culturalmente são as maiores vítimas desse processo histórico e cultural. Acho que isso está presente e precisa ser denunciado cotidianamente para que ocorra a resistência.

O segundo ponto que eu gostaria de manifestar aqui é que as mulheres têm constituído, no espaço doméstico e no espaço público, formas variadas de resistência, silenciosa ou organizada. Silenciosa no espaço da casa, como a minha mãe, que fica lá, às vezes, rezando para manter o machismo do meu pai, mas buscando formas de resistência para suportar o próprio machismo, como também no espaço do trabalho, no espaço público.

Lá no tempo antigo da Grécia e de Roma, deputado Sargento Amauri Soares, as mulheres no mundo privado eram as que serviam para procriar, e, portanto, não era o lugar da felicidade, do prazer e assim por diante. E começa a resistência quando as mulheres públicas - e as mulheres públicas vão ser as que vão ter e dar prazer - vão ter, nessa relação política, cultural e pessoal do corpo, espaço político no império, no poder econômico, no poder político dos próprios impérios romano e grego. Ou seja, várias formas de resistência, como havia na Idade Média. Se formos a Carcassone, no sul da França, veremos que, junto com a igreja, junto com o espaço do quartel general e do governo, há na frente o

espaço da tortura. E no espaço da tortura estão lá os espaços para que as mulheres fossem torturadas. Havia o ritual da tortura em que o último espaço da tortura era uma cama onde as mulheres eram deitadas para serem queimadas, porque elas eram impuras, pecadoras, rebeldes ou que resistiam à dominação social. Se havia tortura, era porque havia resistência; se havia resistência era porque milhares de mulheres que foram para a inquisição, para o fogo não aceitavam ser pisadas, humilhadas, exploradas, dominadas.

Como agora, no Brasil, nesta América Latina, milhares de mulheres se organizam. E é aí que eu queria falar o último ponto aqui: as formas organizadas de resistência também, como aqui no Brasil, nestas últimas décadas, as camponesas mostraram que, através da organização e da luta, conquistaram uma das melhores experiências de transferência de renda do mundo, que é aposentadoria das trabalhadoras rurais aos 55 anos.

Falo com orgulho não só como deputado, mas também como presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, que essas lutas que nascem no oeste de Santa Catarina, no movimento das mulheres, que hoje estiveram aqui também, representando a luta das mulheres camponesas, trouxeram para o Parlamento, por exemplo, a ex-deputada Luci Choinacki, que aqui nesta Casa esteve por um período e depois foi para a Câmara Federal. Esses movimentos conquistaram, por exemplo, a aposentadoria das trabalhadoras rurais. Agora, temos a luta das donas-de-casa. Não é possível imaginar que as donas-de-casa não se percebam trabalhadoras. E não se percebendo, não lutam para conquistar o direito de se aposentar como donas-de-casa.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina indicou a companheira Luci Choinacki para continuar essa luta em nível nacional, no primeiro escalão do governo federal, na composição da secretaria Especial de Política para as Mulheres, que foi criada pelo presidente Lula, em 2005, para que o objetivo dessa luta tenha vazão no espaço público, no espaço estatal e transforme-se em direito a aposentadoria das donas-de-casa no espaço urbano, que será, com certeza, se quisermos comemorar aqui o dia 8 de março, uma das maiores conquistas deste país.

Quando fui prefeito de Chapecó, o maior sofrimento que se percebia nos idosos que vinham do interior, deputado Dirceu Dresch, do êxodo rural, era o de não possuírem documentos. Eles não tinham contribuição previdenciária. Inclusive, mais de 30% das mulheres em idade de se aposentar, em Chapecó, não estão aposentadas. Falta dinheiro para o remédio, falta dinheiro para as condições de vida com dignidade, porque não têm direito de se aposentarem. Estão com 60 anos, 70 anos e não estão aposentadas. Então, essa luta é estratégica e fundamental, se quisermos pensar o futuro do direito das mulheres trabalhadoras. E existem outros temas no mundo do trabalho que deveríamos trazer para o debate, nessa discussão da organização das mulheres no espaço urbano.

As camponesas organizam essa luta não só para terem uma alimentação saudável, mas instigam uma luta organizada das mulheres urbanas, porque é decisivo para o futuro deste país. Sempre defendi que as mulheres no espaço doméstico, no espaço público e no espaço da sociedade não podem aceitar ser pisadas por ninguém - nem por marido nem por patrão nem por um Deus machista que se construiu na maior parte das teologias. Fiz quatro anos de Teologia, e a maior parte das mensagens, deputada Ana Paula Lima, é para subjugar, subordinar e fazer ajoelhar as mulheres. E ainda pegam um texto bíblico que diz que a mulher saiu da costela de Adão. Então, tem que ser submissa, obediente, subordinada e inferiorizada. Pegam um texto bíblico para legitimar e abençoar.

Acredito profundamente na luta das mulheres. E não é só uma questão econômica e política, é cultural também. É cultural! É preciso construir novos valores e não aceitarem ser pisadas por ninguém. E quando eu digo dessa perspectiva de Deus é porque a maior parte das teologias, e estão surgindo cada vez mais teologias, faz com que as mulheres se submetam, subordinem-se, ajoelhem-se à sociedade machista, dominante. Existem classes dominantes, existem elites dominantes, existe o aumento do capital pela exploração, porque a subordinação faz as mulheres pilotarem fogões e lavarem bundas de criança em casa, sem terem direito à aposentadoria. Essa subordinação faz com que as mulheres, no espaço da fábrica, recebam metade do salário que o homem recebe, faz com que as mulheres se subordinem à lógica da política dominante, das classes dominantes, dos valores dominantes deste país.

Por isso, a luta das mulheres. Parabéns pela luta, parabéns pela organização, parabéns pela resistência silenciosa e coletiva, mulheres no mundo.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas aqui presentes e todos os servidores desta Casa Legislativa, companheiro Antônio, irmão de farda e nosso companheiro neste mandato, além de avaião, comemorando a vitória de ontem, quero também retornar a esse tema do Dia Internacional da Mulher.

Desejo homenagear mais uma vez todas as mulheres de luta, todas as mulheres que trabalham, todas as mulheres que se mobilizam e que resistem à opressão, que entendem que a opressão existe de forma dupla na sociedade capitalista sobre a mulher, porque ela é explorada pelo mundo patriarcal e machista e é explorada também como vendedora da força de trabalho. Então, temos que enfrentar essa dupla exploração ou essa exploração associada a uma opressão mais antiga que o próprio capital.

Como filho de agricultora, camponesa, pobre e sem terra, como falei ontem, quero retomar o discurso do deputado Pedro Uczai, saudar s.exa. e dizer que efetivamente tenho uma profunda admiração pela ex-deputada federal Luci Choinacki. Inclusive fiz campanha, e na casa de minha mãe ninguém conseguia mudar o voto, eis que como mulher camponesa teve esse direito alcançado através de um projeto, de um trabalho e de um movimento de longa data, de grande fôlego, dessa dirigente das mulheres camponesas.

Quero e não poderia deixar de ressaltar também que em 2003, na PEC 40, no projeto da contra-reforma da previdência, ela votou contra as mulheres do serviço público, quando votou a favor do projeto da previdência em agosto de 2003, e eu estava lá para assistir e lamentar. Penso até que a ex-deputada Luci Choinacki cometeu esse grande erro em 2003, e ela própria deve avaliar hoje que foi um grande erro, porque lutando pelos direitos das camponesas, ela está ampliando os direitos das mulheres - e vai sempre ter a reverência da minha mãe, como mulher camponesa -, mas na contra-reforma da previdência ela votou a favor da PEC 40 do

governo Lula, ampliando o tempo para a aposentadoria das mulheres do serviço público, entre outros malefícios daquele projeto de emenda constitucional. Mas a nossa luta continua e haveremos de fazer a crítica dos equívocos e tocar a luta da classe trabalhadora e das mulheres trabalhadoras e lutadoras do nosso estado.

Nobres pares, quero falar sobre um tema que hoje vai pulsar ou está pulsando no estado de Santa Catarina, que é a audiência pública que vamos ter no município de Campos Novos, deputado Pedro Uczai, à qual v.exa. referiu-se no dia de ontem.

Vejo e não posso concordar com aquilo que foi publicado ou com aquilo que defendem lideranças políticas da região ou do estado como um todo, que, para garantir o direito legítimo de acesso a terra aos descendentes de quilombolas, dois, três ou não sei quantos municípios da região do meio-oeste vão falir. Esta é mais uma inverdade! Inclusive, teríamos que ter tempo suficiente para esse debate e talvez possamos fazer uma audiência pública no futuro, para debatermos o processo de expulsão, de exclusão dos povos pobres do nosso país do acesso a terra. Isso começou há 500 anos, reafirmou-se e confirmou-se no final do século XIX, quando da chamada Abolição da Escravatura.

O Brasil talvez seja um dos únicos países predominantemente industrial do mundo que não realizou a reforma agrária. O Brasil aboliu a escravatura e largou uma imensa multidão de afro-descendentes pelas estradas, nas periferias das cidades, abandonada no campo. E aqueles que conseguiram, deputado Dirceu Dresch, num campo devoluto do tamanho do Brasil, tomar posse, firmar posse, estabelecer moradia, construir família, comunidades, cidades, aqueles que conseguiram através da posse legítima, foram expulsos e continuam sendo.

Esse é o elemento que temos que debater, porque continua a expulsão do acesso a terra, inclusive aqui no sul, em Maravilha, que já se colonizou há dois séculos. E isso é muito mais gritante e violento nas regiões de fronteira agrícola, no centro oeste e no norte do país. Isso levou ao assassinato de Chico Mendes, em 1988. Então, é preciso contestar e analisar que é necessário não só distribuir a terra, porque isso não é suficiente, já que a concentração continua. É preciso mudar o modelo agrícola nacional para que a expulsão da terra não continue e que possamos reassentar os povos originários.

Inscrevi-me para falar porque me autodenomino inimigo da plantação de *pinus elliotis*, do pinheiro americano no nosso território. E não tenho nenhum receio de dizer que o pinheiro americano é antiecológico, antieconômico e anti-social. Não é verdade quando dizem alguns dirigentes políticos do oeste, prefeitos, etc., de deputados ainda não ouvi, mas creio que pensam, que vão falir os municípios se as duas empresas, Imaribo e uma outra, perderem os 2.400 hectares que os negros herdaram de forma legítima e legal há 120 anos. Isso não é verdade, porque se tirarmos aquelas empresas de lá, se tirarmos todos aqueles pinheiros, sem exceção, todos aqueles pinheirinhos americanos, em cinco anos, com assentamento de pequenos agricultores, vamos ter a região muito mais desenvolvida, muito mais povoada, com os municípios arrecadando, produzindo muito mais alimento e arrecadando muito mais ICMS. É preciso que os prefeitos saibam que daqui a cinco anos os municípios podem ter o dobro da população e podem estar duas vezes mais organizados em termos de capacidade de consumo e de organização da vida social.

Esse é o debate que precisamos fazer. E penso que a questão da posição deles não é só equivocada, é provável que exista interesse político-econômico, inclusive, de financiamento de campanha. São elementos que temos que avaliar, porque não podemos deixar a nossa sociedade caminhar para um poço sem fundo, sem fim, de destruir o nosso meio ambiente e botando as famílias nas periferias das grandes cidades. E aí também tem a ver com o debate de segurança pública. Não tenho tempo infelizmente de falar qual é a ligação do pinheiro americano com a insegurança pública. Benditas sejam as araucárias, malditos sejam os pinheiros americanos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Nobre deputado, enquanto agricultor familiar estou muito preocupado. Está em debate aqui no estado a questão do sequestro de carbono, das áreas que os próprios agricultores estão alugando para grandes multinacionais, que lá fora estão contaminando. Temos o debate da exclusão dos negros, dos índios, da nossa história que não está sendo reconhecida. E temos outros temas; por exemplo, o secretário da Agricultura declarou que iria aumentar em 40%, 50% o plantio de pinus aqui no estado de Santa Catarina. E isso nos preocupa muito, depois da fala das mulheres sobre a qualidade de alimentação que a população catarinense e brasileira consomem. Com certeza, vamos discutir muito isso nesta Casa.

Parabéns por esse debate.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Vamos continuar a fazer esse debate, porque é de importância fundamental para o conjunto da sociedade catarinense e brasileira, para diminuir os índices de violência na nossa sociedade e para fortalecer a estabilidade social e a segurança pública.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jandir Bellini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero inicialmente parabenizar o nobre deputado professor Grando, pelo brilhante pronunciamento feito nesta tribuna com relação à importância das pesquisas para a produção energética, alternativa não poluente, preservando assim o desenvolvimento e o meio ambiente.

Mas o que me traz a esta tribuna, sra. presidente, são dois assuntos. O primeiro é com relação ao pedido de informação que acabamos de dar entrada nesta Casa, com relação aos convênios que o governo do estado assinou com entidades sociais e praticamente com todos os municípios catarinenses. E através de informações extra-oficiais 50% dos recursos que deveriam ter sido repassados a essas entidades, no ano passado, ainda não aconteceram, ainda não foram feitos.

Ora, todas essas entidades, baseadas num convênio existente, contando com esses recursos, assumiram compromissos, deputado Joares Ponticelli, presidente do meu partido, gastaram esse dinheiro antecipadamente e agora vivem momentos de pânico, pensando inclusive em fechar as instituições por falta de recursos. Então, gostaríamos que o governo realmente informasse os motivos do não-repasse desses recursos e quando serão repassados.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é com relação aos perigos existentes em nossas rodovias estaduais. Isso foi muito debatido aqui e inúmeras indicações foram feitas nesta Casa. Ontem falávamos sobre a travessia da BR-101, ali em Balneário Camboriú. Inclusive, o deputado Edson Piriquito há poucos dias apresentou indicações para a instalação de lombadas eletrônicas também na rodovia Jorge Lacerda, porque inúmeras crianças dos bairros Portal Um e Portal Dois atravessam a rodovia Jorge Lacerda com um risco enorme de acidente. Também apresentamos indicação ao governo do estado no sentido da iluminação, sinalização, tanto vertical como horizontal, do trecho da rodovia que liga a BR-101 às proximidades da estação de pesquisa da Epagri.

Ontem, participei do programa *Buscando Soluções*, na TV Brasil Esperança, lá na cidade de Itajaí, durante uma hora e meia, sra. presidente, e recebi inúmeros telefonemas pedindo que eu me manifestasse nesta Casa, para que pudéssemos encaminhar uma moção, que estaremos, na próxima sessão, trazendo a esta Casa, no sentido de sensibilizar o governo federal, o DNIT, o Ministério dos Transportes, até mesmo o Senado e a Câmara Federal, para que encontrem uma solução urgente para questão da ponte, deputado Joares Ponticelli, da BR-101 sobre o rio Itajaí-Açu.

Essa ponte tem contribuído para inúmeros acidentes. Nos últimos anos, ocorreram 127 acidentes, segundo a Polícia Rodoviária Federal do estado. Houve inúmeras mortes e algumas pessoas foram até mutiladas, além dos prejuízos materiais. O grande benefício que a região norte do estado teve foi a duplicação da BR-101. Então, se Deus quiser, logo teremos a rodovia da região sul do estado duplicada.

Mas eu quero chamar a atenção dos técnicos, dos engenheiros que projetam essas obras e pedir a eles para que se lembrem dos detalhes, deputado Joares Ponticelli. Porque foi duplicada a BR-101 e dentro do projeto não houve uma modernização na ponte antiga da rodovia, que está totalmente deteriorada, afinal de contas, essa ponte tem mais de 30, 40 anos. Não há mais um local para passeio, não há mais lugar para os ciclistas e para os pedestres trafegarem, a não ser na pista e na pista de uma rodovia duplicada a velocidade dos carros sempre é maior.

Além disso, num projeto que eu diria escandaloso, fizeram, sra. presidente, a alça de acesso à BR-470, sentido Navegantes, bem na saída da ponte. O que acontece? Os caminhões que por ali trafegam, que vão entrar no sentido Navegantes, são obrigados a reduzir a velocidade em cima da ponte, onde a passagem é para apenas dois veículos. E agora, com a entrada em funcionamento do porto de Navegantes, provavelmente esse movimento vai aumentar ainda mais. Então, gostaríamos que as autoridades olhassem para essa questão com muito carinho.

E, por fim, como não poderia deixar de ser, também quero aqui me associar a todas as homenagens desta Casa ao Dia Internacional da Mulher, às mulheres deste Parlamento, representadas pela nossa querida presidente, deputada Ana Paula Lima, pela deputada Ada De Luca e pela deputada Odete de Jesus. Aliás, eu queria, deputado Joares Ponticelli, fazer uma pequena observação com relação ao pronunciamento da referida deputada, ontem, desta tribuna, ao manifestar a sua decepção com relação aos argumentos que a levaram a sair do seu partido, o PL.

Eu sou testemunha da dedicação, do trabalho sério que a deputada Odete de Jesus fez durante esses anos todos. Quando prefeito de Itajaí, por inúmeras vezes a deputada Odete de Jesus me procurou solicitando, junto à

administração municipal, ações do seu partido no município de Itajaí, num trabalho que merece todo o nosso apoio. Então, quero ser solidário à deputada Odete de Jesus neste sentido, principalmente hoje por ser o Dia Internacional da Mulher.

Quero também destacar, aqui, a excelente atuação da vereadora Dalva Maria Anastácio Rhenius, de Itajaí, a vereadora mais votada na última eleição, sendo este o seu terceiro mandato. Ela foi minha secretária na área da Saúde e exerceu um excelente trabalho.

Encerrando, quero plagiar aqui a última frase de uma entrevista dada pela minha esposa ao jornal *Diário da Cidade*: "A mulher é como uma estrela, nunca vai deixar de brilhar." [sic]

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Jandir Bellini.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, srs. deputados, hoje é um dia especial. É o Dia Internacional da Mulher. A metade da nossa população do mundo, deputado Sérgio Grandó e deputada Ada De Luca, é de mulheres. E a outra metade, se não fossem as mulheres, não existiria. Por isso estamos hoje aqui.

Então, é um dia importante o Dia Internacional da Mulher, mas para mim todos os dias, os 365 dias, são dias das mulheres, pois sem elas não existiríamos.

Mas qual a razão mais importante deste dia 8 de março? Neste dia, no ano de 1857, as operárias de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam a fábrica para pedir a diminuição da carga horária de trabalho. Houve tumulto e foi alardeado, deputado Amauri Soares, que iriam colocar fogo nessa fábrica. E foi o que aconteceu. Nesse dia colocaram fogo na fábrica, trancaram 130 mulheres lá dentro e todas morreram queimadas. Mulheres essas que ganhavam um terço do salário dos homens. Por isso que no dia 8 de março decidiu-se comemorar, na Dinamarca, em homenagem às mulheres, o Dia Internacional da Mulher.

O que se pretende com este dia? Chamar a atenção de todos para o papel, deputado Silvio Dresch, e para a dignidade da mulher. Levar-nos a uma tomada de consciência do valor, do papel da mulher na sociedade; contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostas às mulheres.

Mas vamos falar, hoje, de coisas boas, deputado Joares Ponticelli, da mulher. O que está acontecendo, no Brasil, em termos de mulher? As mulheres, hoje, comandam, sr. presidente, 20% das empresas do Brasil. Mas, segundo balanço feito pelas empresas, essa porcentagem tem subido nos últimos anos. No período compreendido entre 2000 e 2001, por exemplo, a porcentagem de mulheres no comando das empresas era de 13,8%. Entre as empresas que têm no comando mulheres, temos a Petrobrás, uma das maiores empresas do Brasil. Uma está na diretoria e a outra está na Presidência, que é a sra. Maria das Graças Foster. A Companhia do Vale do Rio Doce também tem uma mulher na diretoria executiva. Trata-se de Carla Grasso. Levando-se em conta todos os cargos, constatou-se que houve um aumento de 2,5% percentuais, tendo no comando mulheres em grandes empresas entre 2005 e 2006.

Então, nós, neste Dia Internacional da Mulher - para mim todos os dias são dias da mulher -, queremos saudar as policiais mulheres, as nossas taquígrafas, as funcionárias desta Casa. E, diga-se de passagem, a primeira policial mulher que veio trabalhar na Assembléia foi na época em que o presidente era um serrano, o deputado Francisco Küster. Essa mulher foi a sargento Silvana Paes. E hoje nós temos aqui seis mulheres policiais trabalhando na Assembléia.

Por isso estou fazendo esta saudação especial. E se eu não tivesse feito, hoje, com certeza, quando chegasse em casa, minha mulher iria puxar a minha orelha, bem como a minha mãe, porque este dia tem que ser comemorado. Talvez elas não tenham alcançado todas as suas conquistas, mas as que estão sendo conseguidas foram conquistadas pela sua bravura, pela sua inteligência e pela sua perseverança. E assim elas estão ocupando o seu espaço.

Estão de parabéns todas as mulheres que trabalham na Assembléia Legislativa, as mulheres que nos visitam, enfim, estão de parabéns todas as nossas mulheres, porque hoje é o seu dia. Não é o ideal ainda, mas já melhorou muito em termos da ocupação das nossas mulheres no mercado de trabalho e nas decisões deste país.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado!

Quero parabenizá-lo pela sua manifestação e usar um pouquinho dos seus dez minutos para deixar aqui, já que é o último dia de sessão da semana, uma saudação a toda a população de Joinville, porque amanhã a cidade completará 156 anos.

Estou fazendo isso porque recebi esta informação através de uma pessoa de lá, que nos está acompanhando através da TVAL, e que me pediu para que eu fizesse uma saudação a Joinville, a todos os joinvilenses, na data de hoje, valendo para amanhã, quando se comemorará os 156 anos da cidade.

Muito obrigado e desculpe-me por interromper o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, antes de começar outro assunto, quero registrar, apesar de ter chegado há pouco tempo nesta Casa, que estamos com um probleminha de som. As pessoas estão aqui para nos escutar e às vezes quem está no outro lado não consegue escutar. O que estamos falando aqui tem de ser escutado lá fora, para que as pessoas possam analisar o que estamos dizendo. E nós, mesmo dentro do plenário, temos dificuldade às vezes para escutar os apartes dos deputados. Essas são as dificuldades de som. Só queria registrar isso.

Outro assunto que me traz à tribuna diz respeito à questão dos quilombos. Hoje, nós teremos - este assunto já foi tratado por vários deputados - uma audiência pública, em Campos Novos. Este deputado, juntamente com os deputados Sérgio Grandó, Dirceu Dresch, Pedro Uczai, participará dessa audiência, ocasião em que nós não poderemos radicalizar. Tanto um lado como o outro têm que buscar um caminho dentro do social, com toda responsabilidade, para não se cometer um crime com "a" ou com "b". As pessoas que estão em Campos Novos e em Anita Garibaldi, que têm suas famílias, que nasceram e vivem lá e as pessoas que saíram, que ganharam o seu direito também têm o seu espaço. Mas temos que achar um meio termo, por isso nós precisaremos muito da ajuda da bancada do PT, para que junto ao presidente Lula possamos achar uma solução para essa questão dos quilombos e não venhamos a criar um problema social nem para um nem para outro.

Tenho certeza, deputada Ana Paula Lima, de que o presidente Lula, a bancada do PT, todos nós juntos, iremos lá, hoje, discutir e achar uma solução para que os quilombos tenham a sua terra, mas que os nativos daqueles municípios não fiquem sem terra, porque daqui a pouco resolveremos um problema e criaremos outro. Então, se temos um problema, vamos resolvê-lo. Mas se temos dois problemas, temos que achar uma solução para os dois.

É isso que eu peço à nossa bancada. E faço este registro no Dia Internacional da Mulher porque também há mulheres que moram lá que podem ficar sem terras e há outras que querem ter a sua terra.

Então, peço aos deputados que irão participar desse encontro, em Campos Novos, para que, com maturidade, discutam o problema e a questão dos quirombolas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu queria pedir licença a v. exa. e aos colegas para me ausentar neste momento, pois irei juntar a minha voz com as milhares de vozes das mulheres camponesas e urbanas que se encontram na cidade de Florianópolis para fazer as suas legítimas reivindicações. Eu quero aproveitar, também, a oportunidade para convidar todas as funcionárias desta Casa Legislativa e as catarinenses para assistirem à conferência das mulheres, que ocorrerá às 14h, no plenário da Assembleia. Este é um projeto da Escola do Legislativo.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas. É com grande alegria que estou participando, nesta Casa, deste debate, neste dia 8 de março. Estive, pela manhã, acompanhando toda a mobilização e todo o trabalho das mulheres do campo e da cidade em frente ao INSS, em Florianópolis, onde houve vigília durante a noite, além do trabalho realizado nos bairros da Grande Florianópolis.

Nós temos no Brasil, com certeza, e aqui no estado de Santa Catarina, uma grande dívida com essas companheiras que construíram a história e a luta do nosso país e que contribuíram muito para o processo de diálogo e de construção da democracia, que ainda é muito recente em nosso país, que é a participação das companheiras mulheres nos mais diversos espaços.

Srs. deputados, a fala feita, hoje, de manhã, pelas companheiras do Movimento de Mulheres foi muito importante porque mais uma vez ficou evidenciado que as mulheres sempre tiveram e continuam muito preocupadas com a vida.

Estamos vivendo num país onde o capital, o ter vale mais do que o ser humano, vale mais do que a pessoa. Eu já falava, daqui desta tribuna, alguns dias atrás, que a sociedade está trocando a pessoa pela máquina nas empresas, no trabalho agrícola e em tantos outros setores da nossa economia. E as companheiras mulheres se preocupam com isso. Elas vão buscando a construção de um projeto de vida, de um projeto de desenvolvimento que de fato seja centrado no debate do ser humano, na pessoa e não no econômico somente. Por isso precisamos discutir este assunto profundamente.

O debate que elas estão trazendo, srs. deputados, é o lançamento da questão da alimentação de qualidade, que não só mexe com a vida das pessoas, com a saúde das nossas crianças, como também mexe lá na ponta, com o modelo de desenvolvimento que queremos construir. E eu estou muito preocupado, deputado Sargento Amauri Soares, com este modelo de agricultura que produzimos, porque normalmente as crianças e as mulheres sofrem mais com isso. Nós até comentávamos aqui sobre a plantação de pinus em nosso estado, que está virando um deserto verde. Isso nos preocupa muito, pois no futuro vamos comprometer inclusive a qualidade da nossa alimentação.

Eu, que atuo no meio rural, sei o que se usa hoje de agrotóxicos neste modelo, onde não temos dados concretos. Por exemplo, aqui em Santa Catarina, quando pedimos informações sobre o câncer, sobre quantas mil pessoas morrem em nosso estado de câncer, que vem muito do nosso modelo tecnológico, não há dados concretos.

Os agrotóxicos, que em outros países já são proibidos, aqui continuam sendo usados na fumaçosa, na produção de grãos e de alimentos. Esse é um grande debate que as mulheres vêm trazendo neste dia 8 de março. Elas continuam se preocupando, irão continuar o trabalho com a preocupação da luta pela saúde da mulher, das crianças e dos jovens.

Eu já falei aqui na tribuna alguns dias atrás sobre um assunto que me preocupa muito, é importante, a economia da nossa suinocultura no estado. Nós estamos hoje vivendo em regiões em Santa Catarina, das mais contaminadas do mundo, deputado Joares Ponticelli, por causa dos agrotóxicos e dos dejetos suínos.

Tive a oportunidade de conhecer uma região da Bretânia, na França, onde os agricultores há 20 anos não consomem mais a água daquela região e precisam de mais 20 anos, deputado Sargento Amauri Soares, para voltar a consumi-la, e nós estamos indo no mesmo caminho. Se pensarmos apenas no desenvolvimento da nossa agricultura e olharmos para o lado econômico, estaremos entrando no fundo do poço, como é o caso da região de Concórdia, onde muitos e muitos poços artesianos já estão contaminados por dejetos suínos. Nós precisamos desenvolver, precisamos pensar na suinocultura e na importância do nosso estado ser livre de febre aftosa sem vacinação.

Agora, se esta Casa, se nós deputados não nos preocuparmos em olhar para o futuro como as mulheres se preocupam com a comida, com a alimentação, e não nos preocuparmos também com a água que vamos consumir no futuro, porque temos uma grande reserva de água, o nosso Aquífero Guarani, estaremos no futuro comprando água, quem sabe de outros países, se ainda tiverem, porque a nossa não poderá mais ser consumida.

De fato, neste dia 8 de março, além da questão da alimentação, temos outros problemas, por exemplo, de esforço repetitivo, do trabalho árduo do meio rural, que ainda não é reconhecido para a aposentadoria pela Previdência. Milhares e milhares de agricultores, principalmente as mulheres, têm problemas de coluna que não são reconhecidos pelo INSS e não podem se "encostar". Então nós precisamos discutir com a Previdência pública aqui no estado.

Nós precisamos construir projetos. Qual é o papel da Epagri? Quero cumprimentar o deputado Sérgio Grando, pelo seu pronunciamento de hoje pela manhã sobre o debate da produção energética. Precisamos colocar a Epagri à disposição para construir projetos alternativos em nosso estado, na agroecologia, que tem experiências muito bonitas sendo feitas, mas que infelizmente não são políticas públicas ainda em nosso estado. Precisamos avançar e transformá-las em políticas públicas.

Estávamos discutindo aqui se não seria o caminho plantarmos pinus desenfreadamente neste estado e encher o estado de pinus? Pensarmos uma política da araucária, de financiamento para 20 anos? Já existe financiamento para a plantação de pinus de 15, 20 anos e poderemos ter financiamento para a produção de outras madeiras também. Neste dia nós precisamos discutir isso.

Eu fui um dos grandes defensores, em nível nacional, junto com movimentos de luta contra a transgenia, porque entendemos que ela pode ser importante para curar doenças, mas no meio rural nos rouba o direito de produzir a semente. Porque para nós a semente tem que continuar sendo um patrimônio da sociedade e não um monopólio de alguns grupos econômicos multinacionais, que hoje já dominam grande parte das nossas sementes.

Temos aí um conjunto de temas, principalmente vinculados à questão da água, do meio ambiente e à questão da alimentação, neste dia de hoje, que precisamos discutir. Caso contrário, estaremos caminhando para um processo de destruição, inclusive das pessoas, de nosso planeta.

Gostaria de dizer que precisamos e já avançamos muito com a criação da secretaria Especial da Mulher. O governo federal tem avançado significativamente em políticas para as mulheres em nosso país. Nós precisamos avançar aqui no estado de Santa Catarina! Construir ou uma secretaria, ou uma organização, que de fato consiga dar conta do debate, da estratégia da política das mulheres no nosso estado.

Inclusive o governador vetou o projeto para a juventude, do Conselho da Juventude Estadual. Queremos retomar esse debate para fortalecer a organização da sociedade. Por quê? Em nosso país somente conseguiremos chegar ou alcançar os ideais através da participação das mulheres, da participação das minorias. Por exemplo: debate-se aqui, hoje, a questão dos negros. Tenho na minha região uma questão da área indígena, pois esse modelo coloca em choque os excluídos da sociedade que são os pequenos agricultores, são os negros, são os índios.

Nós, de fato, deputado Elizeu Mattos, precisamos buscar alternativas, precisamos ter condições e capacidade para não dar continuidade ao processo de exclusão de importantes setores da nossa sociedade, que foram excluídos durante sua história.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não, deputado!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Deputado Dirceu Dresch, quero fazer coro ao seu pronunciamento e parabenizá-lo.

E com relação à questão dos dejetos suínos, temos nesta Casa pessoas que já fazem parte do desenvolvimento da suinocultura catarinense. Este deputado, juntamente com o deputado Moacir Sopelsa, há 40 anos criava a Associação Catarinense de Criadores de Suínos. Hoje ainda sou suinocultor, como também o deputado Moacir Sopelsa. E sobre a questão dos dejetos, hoje existe tecnologia para resolver essa questão ambiental através da produção de energia, o biogás, e o processo de decomposição dos dejetos na produção de adubo orgânico.

Então, parabéns! Mais tarde vamos falar novamente sobre esse assunto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Jandir Bellini. Ouço agora o deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Dirceu Dresch, concordamos que temos que criar linhas de financiamento para a araucária, acho que com o próprio BRDE, juntamente com o BNDS, para que a araucária não venha ser extinta, tampouco que ela comece a ser um problema. Nós podemos criar essas linhas, estou concordando com sua fala em termos de araucária.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Inclusive buscar fontes de renda para isso, para o nosso estado.

Um grande abraço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu também quero me associar a todas as manifestações aqui feitas no dia de hoje em homenagem e em reflexão ao Dia Internacional da Mulher.

Quero reiterar o convite feito pela eminente deputada Ana Paula Lima para que a partir das 14h possam os srs. deputados, servidores desta Casa e todos aqueles que quiserem prestigiar, participar do evento que está sendo promovido pela Escola do Legislativo. Será uma tarde de reflexão, de debates, inclusive com a participação das três deputadas que compõem esta Casa, Ana Paula Lima, integrante da Mesa, Odete de Jesus e Ada De Luca.

Recebi, deputada Ada De Luca, o expediente do gabinete do governador designando v.exa. para representá-lo nesse evento, para o qual v.exa. estava escalada para o debate que se inicia às 14h e vai se estender até o final da tarde de hoje.

Então, quero me associar a todas essas manifestações e lamentar, mais uma vez, o episódio que assistimos aqui hoje, deputado Dirceu Dresch, a manifestação que vimos de uma das líderes do Movimento das Mulheres Camponesas que, em lágrimas, reclamou desta tribuna a negativa do governador em receber o movimento.

É profundamente lamentável! Isso demonstra e deve servir de reflexão que exatamente no Dia Internacional da Mulher a discriminação continua e desta feita praticada, infelizmente, pelo próprio governador do estado que se recusou a receber as integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas e esta Casa democraticamente ofereceu espaço para que elas pudessem aqui se manifestar.

Mas em homenagem a esse dia, a todas as mulheres catarinenses e brasileiras, quero trazer uma notícia publicada no jornal *Diário do Sul*, da cidade de Tubarão, com repercussão em toda região e especialmente para os que praticam a fé católica, deputado Jandir Bellini, representa um momento de esperança e de renovação da fé, muito forte para a nossa região, para todos os catarinenses e para todos os católicos.

(Passa a ler.)

"Data marcada para beatificação de Albertina

TUBARÃO - Os católicos da região já podem comemorar. A data para a beatificação da Serva de Deus Albertina Berkenbrock já está definida: 20 de outubro. A beatificação já havia sido assinada pelo Papa Bento XVI pouco antes do Natal, mas apenas agora a data foi definida, com a presença do bispo da Diocese de Tubarão, dom Jacinto Bergmann, que voltou recentemente de Roma, onde foi tratar deste e de outros assuntos.

De acordo com dom Jacinto, a viagem a Roma serviu para as últimas tratativas à beatificação de Albertina. "Agora precisava ser marcada apenas a celebração que irá declarar Albertina como beata. Ficou então acertado com a Congregação para a Causa dos Santos o dia 20 de outubro para a cerimônia, que acontece na diocese de Tubarão", revela o bispo. (...)

Dom Jacinto reafirma a alegria da beatificação de Albertina e diz que esse é um presente para todos os católicos da região. "Hoje, o povo de Deus passou a ser a família de Albertina", comemora. Dom Jacinto ainda acrescenta um dos pontos mais importantes da beatificação da menina. Ela será a primeira beata (ou bem-aventurada) jovem da história, já que tinha apenas 12 anos quando morreu defendendo a sua honra. "O que a torna um modelo para os jovens, mostrando que, mais do que possível, é necessário viver a santidade no nosso mundo de hoje", ensina". [sic]

Para os que não conhecem a história, a causa de Albertina, e penso que o Dia Internacional da Mulher é um momento oportuno para repeti-la, quero aproveitar esse espaço para, resumidamente, apresentar parte da sua história, pelo menos a parte mais marcante.

(Continua lendo.)

"SÃO LUIZ - Albertina nasceu em 11 de abril de 1919, em São Luiz, município de Imaruí. Foi batizada em 25 de maio de 1919, crismou-se em 9 de março de 1925 e fez a primeira comunhão no dia 16 de agosto de 1928. Seus pais e familiares educaram a menina na fé e transmitiram-lhe muito cedo as principais verdades da Igreja. Foi no ambiente simples e cristão de sua família que Albertina cresceu.

Tudo corria normalmente até que chegou o dia 15 de junho de 1931. Um boi perdera-se pelos pastos e Albertina foi procurá-lo, a pedido dos pais. De longe, Maneco Palhoça a acompanhava com o olhar e estudava um modo de se aproximar dela.

Procurando o animal, Albertina de repente vê de longe alguns chifres e corre naquela direção. Mas eram outros bois, que estavam amarrados. Como surpresa, porém, encontra perto deles Maneco, carregando feijão na carroça. A menina pergunta pelo boi desaparecido, e o homem lhe dá uma pista falsa para encaminhá-la ao lugar onde poderia satisfazer seus desejos sem chamar atenção.

Albertina seguiu a indicação de Maneco e embrenhou-se pela mata. Repentinamente, percebe os gravetos estalarem e um barulho entre as folhas. Ela pensa ser o boi. Eis, porém, que dá de cara com Maneco, que lhe propõe seus intentos. A jovem, decidida, não aceita. Sabe o que é o pecado e o recusa. Começa então a tentativa do assassino de se apossar de Albertina, mas ela não se deixa subjugar. A menina é forte. Aos pontapés, quase derruba o assassino. A luta é longa e terrível. Ela não cede. Derrubada, por fim, ao chão, agora está nas mãos do agressor. Ainda assim, defende-se, agarra seu vestido e se cobre, o mais que pode. Maneco, derrotado moralmente pela menina, vinga-se, agarra-a pelos cabelos, afunda seu canivete no pescoço e a degola. Ela morre. Sua pureza e virgindade, porém, estão intactas." [sic]

Em 1952, já percorriam pela região sul as notícias de milagres atribuídos a Albertina Berkenbrock. A primeira delas, de que na noite de velório, quando seu próprio corpo, desfaitecido, permitia que o sangue jorrasse cada vez que o assassino se aproximava. Só assim foi descoberto o verdadeiro assassino, uma vez que uma outra pessoa havia sido acusada inocentemente, por ele próprio.

A partir daí as notícias de milagres atribuídos a Albertina Berkenbrock se multiplicaram. Em 1952 o então bispo de Tubarão, dom Anselmo Pietrulla, iniciou o processo de beatificação. Esse processo adormeceu nas prateleiras no Vaticano por um longo período e dom Hilário Mozer, nosso penúltimo bispo, na década passada, reabriu o processo.

Para nossa alegria, com a confirmação do martírio, uma vez juntado o julgamento do assassino Maneco Palhoça, realizado na comarca de Laguna, no júri ele confessou o martírio, portanto, foi preenchido o requisito exigido pelo direito canônico.

O Vaticano anunciou em dezembro a beatificação de Albertina Berkenbrock, e para nossa alegria, a data foi marcada para 20 de outubro sendo presidida a cerimônia pelo cardeal Saraiva, que é português e atual prefeito da Congregação para as Causas dos Santos. No dia 20 de outubro então, teremos esse evento máximo da fé católica no sul do estado, na diocese de Tubarão, onde teremos a elevação da serva de Deus, Albertina Berkenbrock, aos altares na condição de beata.

Os milagres necessários à comprovação para a posterior canonização já se encontram em estudos bastante avançados, dois deles já com comprovação científica. O nosso padre Sérgio Jeremias, da comunidade de Humaitá de Cima, de Humaitá, vice-postulador da causa, está muito empenhado e a notícia e a comprovação de um milagre ocorrido na cidade de Fortaleza já está sendo encaminhado com toda documentação exigida pela direito canônico para que o Vaticano possa, nos próximos anos, dar seqüência ao processo para que tenhamos, quem sabe muito brevemente, a canonização da nossa agora beata, Albertina Berkenbrock.

Para a comunidade católica esse será um momento extremamente importante, mas penso que no dia de hoje, dia reservado à reflexão do papel da mulher, da discriminação da mulher em todo o mundo, cabe perfeitamente esse exemplo. Uma menina que com apenas 12 anos de idade, para defender a sua honra, entregou a própria vida, uma vez que foi criada e educada dentro de princípios religiosos e morais que não lhe permitiam ceder às intenções do seu assassino.

Portanto, com a história e esse grande momento que vivemos no sul do estado, nesse período que antecede a beatificação de Albertina Berkenbrock, com esse exemplo, especialmente para a nossa juventude, quero me associar a todas as manifestações de reflexão, de comemoração e de cumprimentos às mulheres do Brasil e do mundo pela passagem do seu dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Ada De Luca, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Bom dia, sr. presidente, caros colegas deputados...

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Hoje o deputado Joares Ponticelli fez um discurso menos agressivo, mas no início, acho até que pela sua ausência no plenário, porque ele vem aqui fala e não acompanha a sessão, ele levantou o assunto das camponesas e que há uma discriminação. Quem acompanha Luiz Henrique da Silveira nos atos, sr. presidente, sabe que o governador sempre começa a sua fala com uma frase: "Quero saudar aqui as pessoas mais importantes deste evento, que são as mulheres".



Neste momento, as camponesas estão sendo recebidas pelo governo. O deputado João Henrique Blasi já falou aqui - e v.exa. não estava presente - que é preciso acompanhar os debates antes de fazer críticas. Não há discriminação! Elas estão sendo recebidas, lá no Centro Administrativo, pelo secretário Ivo Carminati e vão apresentar a pauta de reivindicações que o governador, nos próximos dez dias, vai analisar e que pode ser atendida.

Então, eu acho que precisamos acompanhar os pronunciamentos, pois esse é um assunto que já foi falado. O deputado João Henrique Blasi já falou e foi um pedido também da deputada Ada De Luca, que já foi respondido. Portanto, nós não podemos puxar assuntos que já foram esclarecidos dentro do plenário.

Agradeço a v.exa. a oportunidade do aparte pois assim pudemos dar esses esclarecimentos ao deputado Joares Ponticelli.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito obrigada pela informação, que foi bastante oportuna.

A data 8 de março foi instituída em 1910. E desde que comecei a compreender e a entender de política, jovem ainda, li sobre a história das mulheres operárias da fábrica em Nova Lorque, que foram literalmente incineradas vivas, e resolvi usar preto por uma questão sentimental, por uma questão de consciência, que elas mereciam, mesmo depois de tantos anos, ainda a cor preta para protestar. Então, todos os dias, há muitos e muitos anos, no dia 8 de março eu visto preto.

Mas, hoje, eu encaro não como um dia só de homenagens, de lanches, de jantares, de almoços, de champanhes, de brindes. Eu encaro que é um dia de protesto, um dia de reivindicações, como muito bem fizeram as camponesas aqui hoje.

(Passa a ler)

"Neste dia nós, mulheres, não podemos parar de lutar. E eu gostaria de cumprimentar as guerreiras: as funcionárias públicas; as motoristas de ônibus, que hoje já há bastantes; as professoras, essas heroínas responsáveis pelos nosso jovens de amanhã; as frentistas dos postos de combustíveis; as policiais femininas; as motoristas de táxi e de caminhão; as profissionais liberais, as homossexuais; as operárias; as astronautas; as pedreiras da construção civil, que hoje já há bastantes; as desembargadoras; as juízas; as ministras; as garis; as domésticas; as donas-de-casa, por que não, enfim, há várias anônimas guerreiras.

Hoje é um dia para gritarmos aos quatro ventos contra a posição inferior que a mulher ocupa na maioria das funções, seja no mercado de trabalho, no campo, dentro do lar, nas relações comerciais, perante a sociedade ou na política.

Este, minhas amigas telespectadoras da TVAL, que eu sei que são bastantes, é um dia de mobilização contra a discriminação, contra a violência física e a pior das violências: a violência psicológica, a qual muitas vezes a mulher é submetida. Este é um

dia de discutir e refletir sobre os direitos adquiridos nestes longos anos de luta, e de reivindicar políticas públicas para as mulheres.

A Organização das Nações Unidas instituiu os 12 direitos das mulheres, que, inclusive, estão na cartilha elaborada pela comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher a qual presido. São eles:

O direito à vida;  
À liberdade e à segurança pessoal;  
O direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação;

O direito à liberdade de pensamento;  
Direito à informação e à educação;  
Direito à privacidade;

Direito à saúde e à proteção;  
A mulher tem o direito de construir e planejar sua família;

Tem o direito de decidir ter filhos ou não;

Tem o direito aos benefícios do progresso científico;

Direito à liberdade de reunião e participação política - que no processo brasileiro ainda estamos engatinhando, mas que farei o relato mais sério, mais contundente, na minha fala das 15h;

E o direito de não ser submetida a torturas e maus tratos.

Uma das minhas contribuições às políticas afirmativas voltadas para as mulheres, eu apresento previamente aos srs. parlamentares: o projeto de lei que cria a Semana da Saúde da Mulher. Por quê? Hoje, as mulheres representam 50,77% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, o equivalente a mais de 70 milhões de pessoas. Dessas mulheres, 58 milhões estão em idade reprodutiva.

As estatísticas apontam como principais causas de morte entre as mulheres a incidência de doenças como câncer de colo de útero, Aids, câncer de mama, hipertensão, osteoporose e diabetes. Na maioria dos casos, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado podem salvar vidas. A melhoria da qualidade de vida das mulheres passa, essencialmente, pela atenção integral em todas as idades.

As políticas de saúde ainda não se voltaram, por exemplo, para a maternidade da adolescência" - que está um horror, todos sabem, e é notícia em todos os jornais - "um problema crescente no Brasil e que nos outros países é tratado até como epidemia.

E mais do que o atendimento durante a gestação, a assistência deve abranger os aspectos psicológicos, emocionais, ações de prevenção, diagnóstico e tratamento para as doenças que atingem as mulheres na adolescência - que serão as futuras senhoras de amanhã -, na vida adulta, na menopausa e na velhice."

Porém, se nós tivermos esse tratamento preventivo das nossas jovens, diminuiremos todas as despesas do país em termos da saúde da mulher.

(Continua lendo)

"Para somar os esforços, no sentido de informar e orientar a população sobre as questões de saúde feminina, eu estou apresentando o projeto de lei que institui a Semana de Saúde da Mulher nos órgãos públicos de Santa Catarina. Esse projeto de lei prevê a realização de debates com profissionais da saúde, a distribuição de material informativo sobre as formas de prevenção de doenças e a necessidade do exame de rotina - é importantíssimo o estado garantir o exame de rotina -, a realização de exames como verificação da pressão arterial, glicemia e colesterol, além da apresentação de vídeos e documentários voltados para a saúde da mulher.

A Semana da Saúde da Mulher, srs. deputados, será no mês de maio, na semana que compreende o dia 28 - data em que se comemora o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Redução da Morte Materna. Entendo que esse projeto vai contribuir com as políticas públicas para as mulheres catarinenses, dando maior atenção à questão da saúde de todas nós."

Para encerrar, gostaria de dizer que merecemos os parabéns, sim, pelo dia de hoje, mas todos os dias a mulher merece parabéns porque ela luta 24 horas pela sua sobrevivência, pela sobrevivência de seus filhos e pela sobrevivência e a garantia de seus lares. Nós, hoje, temos um dia para lutar, como já falei, para questionar e até para meditar. Mas, nós merecemos parabéns nos 365 dias do ano!

Parabéns também aos companheiros que aqui também nos saudaram, porque não somos feministas, somos femininas. E ao lado dos homens conseguiremos e conquistaremos ainda grandes direitos.

Muito obrigada e um abraço a todas as mulheres!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão e de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, comunica que serão as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 14ª sessão ordinária de 13 de março de 2007:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s: 0001/2007, 0020/2007, 0047/2007, 0050/2007, 0051/2007, 0052/2007, 0053/2007, 0061/2007 e 0066/2007.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 5ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e sete, reuniram-se na sala 01 (zero um) de reuniões das Comissões Técnicas, a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Moacir Sopelsa. Presentes os Senhores Deputados membros: Reno Caramori Vice-Presidente; Romildo Titon, Marcos Vieira e

Deputado Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos, o Presidente Deputado Moacir Sopelsa, agradeceu a presença de todos, também agradeceu pela sua eleição e o privilégio dado a ele de presidir a Comissão neste primeiro ano desta Legislatura. Manifestou alegria e satisfação, prometeu presidir com responsabilidade como os demais presidentes que por esta Comissão passaram. Seguindo fez leitura das justificativas da ausência dos Senhores Deputados: Gelson Merisio que devido Audiência agendada anteriormente com o Secretário de Estado da Administração, ficou impossibilitado de participar e o Deputado Dirceu Dresch encontra-se em Brasília em audiência, junto aos Órgãos da Administração Federal. Na Sequência o Presidente disse que fará leitura

de alguns Requerimentos que constituem Fóruns, os quais, tramitam pela Comissão para obterem registro técnico, porém acha importante dar ciências aos Senhores Deputados. Leitura: Requerimento n.º 0005.3/2007, Requer a Constituição de Fórum Permanente do Desenvolvimento Sustentável; Requerimento n.º 0006.4/2007, Requer a Constituição de Fórum Permanente de Cooperativismo para Desenvolver Santa Catarina; Requerimento n.º 0007.5/2007, Requer a Constituição de Fórum Permanente do Programa Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani, todos de autoria do Deputado Renato Hinnig e outros, serão encaminhados ao gabinete do Senhor Deputado Renato Hinnig. E o Requerimento n.º 0008.6/2007, Requer a Constituição de Fórum Permanente pela Construção e Implantação da Barragem do Rio do Salto, de autoria do Deputado Valmir Comin e outros, será encaminhado ao Gabinete do Deputado Valmir Comin. Prosseguindo fez leitura do Ofício n.º 12/2007, de autoria do Vereador Carlos de Sennes Pinto, aprovado pela Câmara de Vereadores de Abelardo Luz, que solicita uma Audiência Pública para tratar sobre a reformulação do pagamento das prestações anuais do Crédito Fundiário, antigo Banco da Terra, em conformidade com a Instrução Normativa n.º 30, de 24 de fevereiro de 2006, que concede incentivo financeiro sob a forma de redução na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da prestação anual aos assentados da Reforma Agrária; Leitura da Resolução n.º 3.176, de 08 de março de 2004, art. 1º inciso "V", alínea "b", que trata sobre financiamentos do Crédito Fundiário e antigo Banco da Terra, com índices de pagamento diferenciado por Região. No Nordeste, os produtores que pagam seus financiamentos em dia, ganham como incentivo um bônus fixo de adimplência no valor de 40% (quarenta por cento) e mais 10% (dez por cento) de bônus adicional de adimplência; no Sul, os produtores ganham 15% (quinze por cento) de bônus fixo de adimplência, e mais 5% (cinco por cento) de bônus adicional de adimplência. Em discussão, Senhor Deputado Reno Caramori sugeriu fazer contato com os Deputados Federais Catarinenses, para juntos abraçar essa causa, porque este assunto é para ser tratado no âmbito federal, ressaltou, se ampararmos o homem do campo, alimentamos o povo da cidade. O Presidente Deputado Moacir Sopelsa, sugeriu encaminhar uma Moção ao Presidente da República e bancada catarinense na Câmara e Senado Federal, solicitando aplicação dos mesmos índices de benefício dados aos agricultores do Nordeste, que sejam aplicados aos agricultores catarinenses, e após essa Moção, agendar a Audiência Pública. Foi aprovada a sugestão do presidente e Vice-presidente. A opção é realizar a Audiência Pública em uma segunda feira, em Chapecó ou Abelardo Luz. Após a discussão, o Presidente fez leitura do Requerimento do Deputado Manoel Mota, que solicita uma Audiência Pública para debater sobre a Pesca Artesanal de Caniço no Rio Araranguá. O Presidente determinou a secretaria para obter mais informações sobre esse assunto, e colocar na pauta da próxima reunião. Seguindo fez leitura do ofício do Deputado Jailson Lima da Silva, encaminhando à esta Comissão, um requerimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Wagner, onde relata a grave situação que atravessam os produtores de cebola. Refere-se a uma Lei de recolhimento do ICMS, que trata do bloco de notas e contra notas ao produtor. Em discussão, o Deputado Marcos Vieira sugeriu encaminhar um Pedido de Informação anexando cópia dos ofícios ao Secretário de Estado da Fazenda, a fim de obter mais esclarecimento sobre esse assunto. Aprovado sua sugestão. **O Deputado Marcos Vieira comentou sobre a constituição de Fóruns, passaram por ele na condição de líder do PSDB, nesses 28 dias do mês de fevereiro, cerca de 20 a 30 pedidos de constituição de Fóruns Permanentes na Casa. E que o Deputado João Henrique Blasi, levantou a questão da quantidade dos Fóruns a serem criados, bem como, a incompatibilidade, entre, o objeto principal de cada um dos Fóruns com as competências das respectivas Comissões, existe uma Proposta de que estes Fóruns que foram aprovados pelo Plenário, até a presente data, sejam, redistribuídos aos líderes para serem avaliados. O Deputado Marcos Vieira propôs que estes Fóruns constituídos sejam examinados em reunião conjunta entre líderes e os presidentes das Comissões permanentes da Casa, para efetivamente deliberar se é de notório interesse da sociedade catarinense ou não. Salientou que o objetivo é normatizar a constituição dos Fóruns nesta Casa. Em discussão, o Deputado Sargento Amauri fez uma observação, é necessário analisar, buscar solução racional e viável, evitando criar uma fila de Fóruns e a Assembléia não conseguir dar encaminhamento a cada um deles. O Presidente Deputado Moacir Sopelsa comentou que os fóruns estão tirando às Audiências Públicas das Comissões. Foi aprovada por unanimidade a proposta do Deputado Marcos Vieira. A Comissão se reunirá todas às quartas feiras às 18:00 horas, porém antes será comunicado aos Senhores Deputados se haverá matéria, não havendo, não será realizada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, 28 de fevereiro de 2007.**  
Deputado Moacir Sopelsa  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATO

### EXTRATO Nº 017/2007

REFERENTE: 04 Termo Aditivo ao Contrato CL nº 017/2006-00, celebrado em 20/02/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Cotrans Locação de Veículos Ltda.

OBJETO: alterar QUANTITATIVAMENTE o objeto, subtraindo 03 (três) veículos Volkswagen modelos Santana Confortilini motor 1.8, no valor unitário de R\$ 1.559,93 (um mil quinhentos e cinqüenta e nove reais e noventa e três centavos) e, 01 (um) veículo Volkswagen modelo Golf, motor 2.0, no valor unitário R\$ 2.280,56 (dois mil, duzentos e oitenta reais e cinqüenta e seis centavos), remanescendo a contratação com **44 (quarenta e quatro) veículos.**

Ante a presente alteração haverá uma redução de R\$ 6.960,35 (seis mil, novecentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos) no valor mensal do Contrato, passando o mesmo de R\$ 102.100,77 (cento e dois mil, cem reais, setenta e sete centavos) para R\$ 95.140,42 (noventa e cinco mil, cento e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I "b", § 1º, da Lei nº 8.666/93; Clausula Sexta do Contrato Original; Item 14.7 do Edital Pregão 040/2005; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 01 de março de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Osni Prates Pacheco - Diretor Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## MEDIDA PROVISÓRIA

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 133/07

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 077

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, que "Altera dispositivos da Lei nº 10.723, de 1998, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação, entre o Estado e os municípios art. 212, § 5º da Constituição Federal".

Florianópolis, 09 de março de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/07

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2007.

Do Governador do Estado

**DR. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 019/07

Senhor Governador do Estado,

1. Com os nossos cumprimentos, e com fulcro no art. 51, *caput*, da Constituição do Estado, vimos propor a Vossa Excelência a edição de Medida Provisória alterando dispositivos da Lei n. 10.723, de 16 de março de 1998, que dispõe sobre a distribuição da quota estadual do salário educação, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

2. O art. 5º, da Lei Estadual n. 10.723/1998, estabelece, em rol taxativo, a destinação dos recursos da quota estadual do salário educação. Mencionado dispositivo estabelece:

Art. 5º Os recursos da quota estadual do Salário Educação serão aplicados em programas, projetos e ações do ensino fundamental, regular e supletivo, destinado-se exclusivamente:

I - ao aperfeiçoamento dos profissionais do ensino fundamental;

II - à construção, conservação e reforma de prédios escolares e à aquisição e manutenção de seus equipamentos escolares;

III - à produção de material didático destinado ao ensino fundamental;

IV - à aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, dos professores e da escola;

V - à manutenção de programas de transporte escolar;

VI - a estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino fundamental público.

3. Ocorre que a legislação federal que regula a matéria - Lei n. 9.394/1996 (LDB) - apresenta um elenco muito mais abrangente no que se refere às possibilidades de utilização dos recursos do salário educação. Eis o texto da lei federal:

*Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:*

*I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;*

*II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;*

*III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;*

*IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;*

*V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;*

*VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;*

*VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;*

*VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.*

4. A excessiva restrição imposta pela lei estadual no que concerne à aplicação dos recursos do salário educação causa uma série de problemas para o Tesouro do Estado tendo em vista a escassez de recursos na fonte 0100 (recursos de Tesouro) e no elevado comprometimento da fonte 0131 (FUNDEB), que não podem ser redirecionados para o pagamento de despesas que, de acordo com a normativa federal, poderiam ser honradas com recursos do salário educação.

5. Entendemos que os requisitos para a edição de Medida Provisória relevância e urgência - encontram albergue na pretensão ora apresentada, senão vejamos:

a) Dentre os inúmeros deveres impostos ao Estado para a plena garantia dos direitos fundamentais, um dos que mais se destaca é o direito à educação. Daí a relevância em se buscar mecanismos que permitam ao Estado a injeção de recursos das mais variadas fontes na manutenção e desenvolvimento da educação básica;

b) No âmbito federal, Medida Provisória do Presidente da República (MP 339/2006) alterou a Lei n. 9.766/1998, adequando a normativa infraconstitucional ao teor da Emenda Constitucional n. 53/2006, que estendeu a aplicação de recursos do salário educação para toda a educação básica pública. Ora, nada mais urgente do que adequar a legislação estadual aos novos ditames da Constituição Federal que determina que os recursos do salário educação sejam empregados em toda a educação básica e não somente no ensino fundamental.

6. Diante do exposto, apresentamos a presente proposta de alteração de lei estadual no intuito de oferecer melhor suporte para a manutenção e desenvolvimento do ensino, ressaltando a urgência da medida para o cumprimento de todas as obrigações financeiras do Estado na área educacional.

Atenciosamente,

**SÉRGIO RODRIGUES ALVES**

Secretário de Estado da Fazenda

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**DIRETORIA DO TESOURO ESTADUAL**

Informação nº 0037/07

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2007.

**Assunto: Salário Educação - Adequação da legislação estadual - Medida Provisória**

Senhor Secretário,

Sugerimos a Vossa Excelência que seja proposta a alteração do art. 5º da Lei Estadual nº 10.723/98. Este artigo dispõe sobre a destinação dos recursos do salário educação e é bem mais restritivo que o dispositivo equivalente da Lei Federal nº 9.394/96

Com efeito, pela redação do art. 70, da Lei Federal nº 9.394/96, os recursos do Salário Educação podem ser utilizados em diversas finalidades que não estão previstas no referido art. 5º da Lei Estadual nº 10.723/98.

No atual contexto, isso acaba trazendo sérios problemas para os órgãos e até para o Tesouro, considerando a escassez de recursos na fonte 0100 (recursos do Tesouro) e no elevado comprometimento da fonte 0131 (FUNDEB), que não podem ser redirecionados para pagamento de despesas que poderiam ser honradas com recursos do Salário Educação.

Cumpra lembrar, também, que a Lei Estadual nº 10.723/98 está defasada em relação às novas disposições trazidas pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006.

A Emenda Constitucional nº 53/2006, entre outras alterações, deu nova redação ao §5º, do art. 212, da Constituição Federal, passando a preceituar que a **educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação**. Assim, o salário educação poderá ser destinado ao financiamento de toda a educação básica e não mais apenas da educação fundamental, como era anteriormente. Cabe destacar que, pelas disposições do art. 21, I da Lei Federal nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, a educação básica é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio.

A Medida Provisória nº 339, por sua vez, em seu art. 43, alterou o art. 8º da Lei 9.766, de 18 de dezembro de 1998, possibilitando destinar os recursos do salário-educação à educação básica pública como um todo e não mais apenas à educação fundamental, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 53/2006.

A solução para o problema, em nosso entendimento, considerando que no âmbito federal a matéria ainda está disciplinada por Medida Provisória e considerando os problemas que o Estado vem enfrentando diante das restrições e da defasagem da Lei Estadual, seria a edição de uma Medida Provisória que disciplinasse a matéria, até que a Medida Provisória Federal seja votada no Congresso Nacional.

Diante do exposto, estamos encaminhando, para apreciação de Vossa Excelência, uma redação prévia, visando dar início à discussão sobre o assunto.

Alertamos, por fim, que o assunto deve ser tratado com urgência, tendo em vista as repercussões sentidas no Tesouro Estadual.

Era o que tínhamos a informar.

Ricardo Alves Rabelo

**Diretor do Tesouro Estadual**

**DE ACORDO**

Encaminhe-se o assunto, com urgência, à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Sérgio Rodrigues Alves

**Secretário de Estado da Fazenda**

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CONSULTORIA JURÍDICA**

**INFORMAÇÃO nº 26/07**

**ASSUNTO:** Nota Técnica DCOG n. 006/2006. Aplicação de recursos do salário educação.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2007.

Senhor Consultor,

Informo para os devidos fins que a Nota Técnica DCOG n.º 006, de 11/08/2006 não merece reparos, pois está em plena consonância com a legislação que rege a matéria. Saliento que em outra oportunidade a COJUR já se manifestou sobre o tema por meio do Parecer n.º 176/2006 (cópia anexa), segundo o qual:

*"(...) se compartilha do entendimento da Diretoria de Contabilidade Geral em sua Nota Técnica nº 006/2006 e, para que haja possibilidade de efetuar o pagamento de despesas relativas ao consumo de água, luz, e esgoto, com os recursos do salário-educação, haverá necessidade de promover a sua inclusão na Lei Estadual nº 10.723, de 16 de março de 1998, que disciplina a matéria no âmbito do Estado de Santa Catarina, (...)"*.

Diante do exposto, conclui-se que a Nota Técnica DCOG 006/2006 deve ser respeitada até que se proceda à alteração da Lei Estadual nº 10.723/2006, para estender-lhe o alcance, possibilitando, inclusive, a utilização dos recursos do salário-educação em todas as modalidades que compõem a educação básica.

Importante, ainda, ressaltar que a lei que dispõe sobre a distribuição da quota estadual do salário educação entre o Estado e os Municípios pode ser alterada mediante lei estadual ou, em casos de relevância e urgência, por medida provisória do Chefe do Poder Executivo, nos termos do que disciplina o art. 51, caput, da Constituição Estadual.

No âmbito federal tal sistemática foi adotada, ou seja, medida provisória do Presidente da República (MP 339/2006) alterou a Lei n. 9.766/1998, adequando a normativa infraconstitucional ao teor da Emenda Constitucional n. 53/2006, que estendeu a aplicação de recursos do salário educação para toda a educação básica pública.

Era o que tinha a informar.

Cleverton Elias Vieira

Assessor Jurídico

OAB/SC 20.546

De Acordo.

Octávio Acácio Rosa

Consultor Jurídico

**PARECER Nº 176/2006**

EMENTA: PROCESSO PSEF Nº 82615/063. DIRETORIA DO TESOURO ESTADUAL. PAGAMENTO DE DESPESAS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA, ESGOTO E AQUELAS DERIVADAS DO PRODENE - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO E ENRIQUECIMENTO DA NUTRIÇÃO ESCOLAR, COM RECURSOS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO. OBSERVÂNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 10.723. DE 16 DE MARÇO DE 1998.

**I - RELATÓRIO**

1. Trata o presente processo de consulta formulada pelo Senhor Diretor do Tesouro Estadual para dirimir dúvida acerca da possibilidade de *utilizar recursos do salário educação no pagamento de despesas com energia elétrica, água, esgoto e naquelas derivadas do Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escoltar - PRODENE* .

2. Aduz, aquela autoridade administrativa, em sua Informação nº 0132/06, de fls. 01 a 02, que a Gerência de Estudos e Normalização Contábil, da Diretoria de Contabilidade Geral, desta Secretaria de Estado da Fazenda, lavrou a Nota Técnica nº 006/2006, publicada na página da Internet da Secretaria de Estado da Fazenda, cuja cópia está anexada às fls. 03 a 08, concluindo no sentido de que:

"9. Após estudo da legislação que versa, sobre o tema, apresentam-se as seguintes orientações:

- Quanto a utilização dos recursos do Salário-Educação para pagamento de energia elétrica e água e esgoto das escolas de Ensino Fundamental, estas despesas encontram amparo legal no inciso III do artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/96, citado no item 5 desta Nota Técnica. No entanto, a Lei Estadual nº 10.723/98, que disciplina a utilização da Quota Estadual do Salário-Educação no âmbito do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 5º, transcrito no item 7 desta Nota, discorre sobre as despesas que exclusivamente podem ser executadas, não sendo enquadradas neste artigo despesas com energia elétrica e água e esgoto. Assim, considerando o disposto na Lei Estadual nº 10.723/98, entende-se como não sendo possível o pagamento destas despesas com recursos do Salário-Educação.

-No que tange as despesas do PRODENE, tomando por base o item nº 8 desta Nota Técnica, entende-se que este programa caracteriza-se como alimentação suplementar. Como consequência, por tratar-se de um programa de alimentação suplementar, conclui-se como não sendo possível a utilização dos recursos do Salário-Educação para fazer face às despesas deste programa, em atendimento ao disposto no inciso IV do artigo 71 da Lei Federal nº 9.394/96, citado no item nº 6 desta Nota Técnica. (Os grifos são do original.)

3. Prossegue, argumentando, que essa "medida vem criando problemas, sobretudo no que se refere ao PRODENE, vez que as despesas relacionadas a tal programa vinham sendo honradas regularmente com recursos do Salário-Educação. Num contexto de insuficiência de recursos, o caso se torna mais grave, tendo em vista que o Tesouro do Estado não dispõe de recursos extras na fonte 0100 para atender tais despesas, as quais não estavam previstas".

4. Ao final, após sugerir análise desta Consultoria Jurídica e se for o caso, o encaminhamento à Procuradoria Geral do Estado, constata que "a questão das despesas com energia elétrica e esgoto pode ser resolvida por meio de alteração legislativa, uma vez que é a lei estadual que não arrola, dentre as passíveis de serem pagas com recursos do Salário Educação, as despesas com energia elétrica e esgoto " e, "no que se refere ao PRODENE, a questão merece uma análise mais apurada para, interpretando a legislação federal que disciplina a utilização dos recursos do Salário Educação, verificar se é possível extrair entendimento no sentido de que é viável a utilização de tais recursos em despesas do referido programa de nutrição".

5. Cabe registrar que, às fls. 10 a 13, encontra-se a Informação nº 083/06, da Gerência de Nutrição Escolar, da Diretoria de Apoio ao Estudante e a Rede Física Escolar, da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, se posicionando contra o entendimento esposado na Nota Técnica nº 006/06, quanto ao pagamento das despesas do PRODENE, ao argumento de que este "*não se constitui em um programa de alimentação suplementar, uma vez que a suplementação tem por objetivo suprir carências alimentares, o que certamente não é Junção da educação, mas sim da saúde. Reafirma-se o PRODENE se caracteriza como um programa que complementa os cardápios, ou seja, o recurso é destinado à aquisição de alimentos mais perecíveis, como carnes, legumes, verduras e frutas que juntamente com os alimentos menos perecíveis completam as refeições e possibilitam servir aos alunos uma alimentação completa e equilibrado. Dessa forma, a alimentação escolar como preconiza a legislação vigente, tanto na Constituição Federal, como na Lei 9.394/96LDB, é um direito das crianças e, portanto, não pode ser concebida como um programa assistencial*".

6. Considera, também, aquela Secretaria, que "*é fundamental que o Estado dê sua contrapartida*", que "*além do recurso federal, oriundo do FNDE, os estados devem fazer a complementação financeira para garantir a qualidade nutricional da alimentação escolar*", e que, os alimentos fornecidos aos alunos de ensino fundamental estão enquadrados na expressão: "*aquisição de material ... de consumo para uso dos alunos, professores e escola*", previsto no inciso IV do art. 5º da Lei Estadual nº 10.723, de 1998.

Este o relatório.

**II - ANÁLISE JURÍDICA**

7. O salário-educação, segundo a norma constitucional em vigor é uma fonte adicional de *financiamento do ensino fundamental*. Ou melhor, "*é uma contribuição patronal criada com a finalidade, de suplementar os recursos públicos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, se constituindo numa fonte adicional ao ensino fundamental público*".

8. A quota estadual do salário-educação, correspondente a dois terços do montante dos recursos, creditada mensal e automaticamente em favor das Secretarias de Educação dos Estados, será aplicada para o "*financiamento de programas, projetos e ações do ensino, fundamental*".

9. A legislação aplicável à espécie, de fato, restringe a utilização dos recursos oriundos do salário educação às redes de ensino fundamental do Estado e dos Municípios e aos critérios estabelecidos em Lei Estadual (Constituição Federal - art. 212, § 5º; Lei Federal nº 9.424/1996 - art. 15, § 1º, inciso II; Lei Federal nº 9.766/1998 - art. 2º; Decreto Federal nº 3.143/1999 - art. 7º, § 1º; e Lei Estadual nº 10.723/1998 - art. 5º).

10. Portanto, do ponto de vista da legislação federal, tudo aquilo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não arrolou de forma taxativa no seu art. 70, como despesa com a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e que, consequentemente não poderá ser financiado com recursos do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério e tampouco com os recursos da conta corrente denominada MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, face ao princípio da legalidade, poderá ser custeado com as verbas provenientes do salário-educação, desde que se trate de despesa passível de enquadramento como programas públicos, projetos e ações, públicas dirigidas ao ensino fundamental.

11. Enquanto, do ponto de vista da Lei Estadual nº 10.723, de 16 de março de 1998, os recursos provenientes do salário-educação, somente poderão ser aplicados nas seguintes hipóteses:

"Art. 5º - Os recursos da quota estadual do Salário Educação serão aplicados em programas, projeto, e ações do ensino fundamental, regular e supletivo, destinando-se exclusivamente:

I - ao aperfeiçoamento dos profissionais do ensino fundamental;

II - à construção, conservação e reformas de prédios escolares e a aquisição e manutenção de seus equipamentos escolares;

III - à produção de material didático destinado ao ensino fundamental;

IV - à aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, dos professores e da escola;

V - à manutenção de programas de transporte escolar;

VI - a estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino fundamental público."

12. Como se vê, inexistente a possibilidade de interpretações ampliativas elaterarem as hipóteses que esta norma estadual já arrolou em suas cláusulas.

13. Sendo assim, ainda que a Procuradoria Geral Federal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, venham se manifestando pela possibilidade de utilizar os recursos do salário-educação em quaisquer ações de manutenção, desenvolvimento e qualificação do ensino fundamental, aí incluindo os gastos com combustíveis, água, esgoto, energia elétrica, desde que se circunscrevam à concretização dos objetivos do ensino fundamental, esta orientação não encontra respaldo no âmbito do Estado de Santa Catarina, tendo em vista a Lei Estadual nº 10.723, de 1988, que não contemplou tal possibilidade.

14. Meritórios, também, são os esforços de interpretação construtiva da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, tendentes a viabilizar a ação estadual do PRODENE, como um programa que se destina exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios "*mais perecíveis*".

15. Entretanto, compreende-se que, a assistência financeira que se destina à aquisição de gêneros alimentícios aos educandos se caracteriza como programa suplementar de alimentação escolar.

16. Em usando as palavras postas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, na Informação nº 008/2001: "*os programas suplementares de alimentação, a nosso ver, seriam aqueles instituídos com o intuito de complementar a alimentação que o educando teria em seu lar, de responsabilidade de seus pais e ou responsáveis, considerando que a alimentação recebida no âmbito de sua residência, via-de-regra, seria insuficiente. Assim, tais programas suplementares de alimentação teriam sempre o escopo de suprir a deficiência alimentar por ventura existente em casa*".

17. Oportuno, ainda, trazer os ensinamentos de Pinto Ferreira, quando comenta o § 4º do art. 212 da Constituição Federal, no que concerne ao atendimento do educando nos programas suplementares de educação e a assistência à saúde:

"Surgiu o programa de merenda escolar para corrigir a subnutrição de alunos carentes, cuja aprendizagem fica retardada pela fome e pela falta de alimentação adequada. O péssimo estado da saúde da população do Brasil decorre substancialmente da má alimentação. É esta a razão pela qual os entes federativos devem aplicar parte dos seus recursos a fim de complementar a saúde e a alimentação dos educandos."

18. Logo, os argumentos da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, não podem ser relevados, valendo também ponderar que a expressão "material de consumo", inserida no inciso IV do art. 5º da Lei Estadual nº 10.723, de 1998, diz respeito a despesas relativas a aquisição de lápis, caneta, borracha, caderno, cartolina, cola, e não aos alimentos fornecidos aos escolares, como quer aquela Secretaria.

19. Finalmente, não se poderia chegar ao extremo de considerar somente os termos da legislação federal, quando a mesma dispõe sobre a necessidade da edição de lei local e o ente federado já dispõe sobre a matéria, porque esta passaria a funcionar como figura decorativa.

### III - CONCLUSÃO

20. Ante ao exposto, à consulta formulada, cabe responder, que se compartilha do entendimento da Diretoria de Contabilidade Geral em sua Nota Técnica nº 006/2006 e, para que haja possibilidade de efetuar o pagamento de despesas relativas ao consumo de água, luz, e esgoto, com os recursos do salário-educação, haverá necessidade de promover a sua inclusão na Lei Estadual nº 10.723, de 16 de março de 1998, que disciplina a matéria no âmbito do Estado de Santa Catarina, enquanto, as despesas do PRODENE, por se tratar de um projeto suplementar de alimentação, não poderão ser custeadas com os recursos daquela contribuição social.

21. Recomenda-se, no entanto, que esta matéria seja submetida à apreciação da Procuradoria Geral do Estado, conforme sugere o Senhor Diretor do Tesouro Estadual.

Este o parecer.

Florianópolis, 27 de novembro de 2006.

Telma Elita Nolasco Pereira Prazeres

Advogada - OAB/SC 3435-B

De Acordo.

Cleverton Elias Vieira

Consultor Jurídico

Matrícula 368640-0

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº - 133, de 09 de março de 2007

Altera dispositivos da Lei nº - 10.723, de 1998, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação, entre o Estado e os municípios - art. 212, § 5º da Constituição Federal.

### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 1º, o art. 5º e o art. 7º da Lei nº - 10.723, de 16 de março de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - A Quota Estadual do Salário Educação, de que trata o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei federal nº - 9.424, de 24 de dezembro de 1996, é destinada à educação básica pública e será distribuída entre o Estado e os municípios na forma estabelecida nesta Lei. (NR)

Art. 5º - Os recursos da Quota Estadual do Salário Educação serão aplicados em programas, projetos e ações da educação básica pública, incluindo educação especial e a educação de jovens e adultos, na modalidade presencial, com avaliação no processo, desde que vinculadas à rede pública de ensino, destinando-se, preferencialmente:

I - ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação;

II - à aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - ao uso e a manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - à produção de material didático destinado à educação básica pública;

V - à aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, dos professores e da escola;

VI - à manutenção de programas de transporte escolar; e

VII - a estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade da educação básica pública. (NR)

Art. 7º - As parcelas de recursos destinadas aos municípios serão creditadas mensalmente e automaticamente em contas específicas em favor do Município para o financiamento da educação básica municipal. (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 09 de março de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 004/07

**LAR ESPÍRITA MARIA DE NAZARETH**

Araquari, 06 de março de 2007.

Assembléia Legislativa do Estado

Departamento Parlamentar

Florianópolis - SC

Prezados Senhores

Estamos encaminhando para apreciação, cópia do BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, NOTAS EXPLICATIVAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES realizadas no ano de 2006.

Atenciosamente

Valério Walber - Presidente

Teresinha de Jesus Martins - Secretária

Anexos:

Balanco Patrimonial

Demonstração das origens e Aplicações de Recursos

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas Explicativas e Relatório de Atividades

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/07

\*\*\* X X X \*\*\*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ofício Interno 054/2007.

Florianópolis, 12 de março de 2007

Excelentíssimo Senhor

Deputado **Julio César Garcia**

Presidente

ALESC

Senhor Presidente,

Cumprimento-o cordialmente, comunico que me filiei ao Partido Republicano Brasileiro no dia 10 de março do corrente ano, e estarei representando-o nesta Casa na condição de Líder de PRB.

Sendo o que tínhamos para o momento, reitero votos de estima e consideração.

Respeitosamente

**Odete de Jesus**

Deputada Estadual

Líder do PL

"Educação é a solução"

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/07

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 902, de 06/03/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o Adicional por Tempo de Serviço sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Custódio de Souza	2838	6%	6%	01/02/07	0141/07
Claudioeli da Silva	2689	9%	9%	01/02/07	0142/07
Ivo Silvestre Ferreira	2317	6%	6%	01/02/07	0185/07
Ana Rita Moriconi de Souza	4345	3%	3%	11/02/07	0194/07
Sibelli D'Agostini	4344	3%	3%	11/02/07	0195/07
Luiz Antônio Fabro	5130	12%	12%	12/02/07	0196/07
Valmor Fiametti	3222	3%	6%	01/01/07	0208/07
Rubia Carine Esbrolio	4343	3%	3%	12/02/07	0213/07
Eliana Barcelos	4346	3%	3%	12/02/07	0214/07
Renata Hazan Napoleão Salles	4347	3%	3%	12/02/07	0215/07
Giovani Peixoto Conti	3507	3%	3%	01/02/07	0216/07
Sabrina Roberta Schmitz	4341	3%	3%	12/02/07	0227/07

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

(Republicada por Incorreção)

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1039,13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Constituir **COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO, AMBIENTAÇÃO E VISUALIZAÇÃO**, integrada pelos servidores Jerônimo Lopes, matrícula 2492; Edenilson José Acorsi, 2112; João Pacheco dos Reis, 873; Heloisa Mara Lisboa Vieira, 1290; Ilka Maria Freta Lacerda, 1381; Lúcia Helena Vieira, 4713; Mansur Melquiades Elias Júnior, 1574; Maria Luiza da Silva Dalbosco, 1572 e Rosana Brasca Cajuela, 2020, para sob a coordenação do Diretor Administrativo e de Tecnologia buscar a preservação e visualização ambiental da Assembléia Legislativa e a padronização dos uniformes deste Poder.

Art. 1º Cabe à Comissão de Conservação, Ambientação e Visualização:

I - atuar de maneira preventiva nos ambientes da ALESC, a fim de manter suas instalações conservadas;

II - supervisionar o projeto de visualização ambiental;

III - divulgar programas de preservação e conservação do patrimônio adquirido;

IV - colaborar na elaboração de normas e manuais referentes à melhoria da qualidade do ambiente de trabalho e da economia na administração da instituição;

V - promover a humanização do espaço físico da ALESC;

VI - promover ações para conscientização da utilização de identificação funcional- crachá;

VII - identificar os setores que necessitam de uniforme, definindo modelo, cor e tecido, estipulando a periodicidade de renovação; e

VIII - realizar periodicamente o acompanhamento e a avaliação da qualidade e da eficácia das ações empreendidas.

Art. 2º Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão não serão remunerados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1040, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **RUDINEI RODRIGO WENGRZYNOVSKI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Silvio Dreveck).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1041, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **IDELVINO LUIZ FURLANETO**, matrícula nº 2551, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1042, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **OLI DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2603, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1043, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **OLI DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2603, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1044, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **GIMENA DAL BO RODRIGUES MORETTI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1045, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **RAUL LINO DA SILVA FILHO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1046, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JULIANA SESTREN**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Jandir Bellini).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1047, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JANAINA MILDER DA SILVEIRA D'AVILA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/03/07 (Deputado Jandir Bellini).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1048, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **FRANCISCO MARQUES TRILHA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Jandir Bellini).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1049, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MICHAEL COLAÇO VIEIRA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Jandir Bellini).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1050, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **GUILHERME ALÍPIO NUNES FILHO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Jandir Bellini).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1051, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **FERNANDO MARTINS PEGORINI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Jandir Bellini).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1052, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JOSÉ AVERCINO FERREIRA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Jandir Bellini).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1053, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LEOPOLDO VALDEMAR DAGUINONE**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Jandir Bellini).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1054, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LUIZ OTAVIO CABRAL**, matrícula nº 4867, do cargo Assessor de Liderança, código PL/GAL-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Liderança do PT).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1055, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LUIZ OTAVIO CABRAL**, matrícula nº 4867, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Comissão, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Comissão de Turismo e Meio Ambiente).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1056, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **VAGNER DALBOSCO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Pedro Uczai).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1057, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **BRUNO BOTELHO COSTA**, matrícula nº 5375, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Sargento Amauri Soares).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1058, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ILZE TEREZINHA DE MELLO MOREIRA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Nilson Gonçalves).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1059, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **DEBORAH CUNHA SILVA DE CAMPOS**, matrícula nº 4942, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1060, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **AGNALDO MONDINI**, matrícula nº 4394, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1061, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1062, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1063, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOÃO OTAVIANO RAMOS**, matrícula nº 3295, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1064, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JOÃO OTAVIANO RAMOS**, matrícula nº 3295, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1065, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JUCELINE PAES VIEIRA BRAGA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1066, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **BENTO FRANCISCO SILVY**, matrícula nº 4925, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Joares Ponticelli).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1067, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 957, de 07/03/2007, que nomeou o servidor FERNANDO DIAS, matrícula nº 3671.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1068, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **SALETE ELLER**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Serafim Venzon).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1069, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 951, de 07/03/2007, que nomeou CATIA ELIANA METZGER JACÓBUS.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1070, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JOÃO LUCAS PEIXER**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Moacir Sopelsa).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1071, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**LOTAR OSMAR ALCIDES DA CONCEIÇÃO**, servidor à disposição na ALESC, na Liderança do PMDB.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1072, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**LOTAR GILMAR DAROLT**, servidor a disposição na ALESC, no Gabinete do Deputado Rogério Mendonça.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1073, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**LOTAR LAURA BRASCA**, matrícula nº 1141, no Gabinete da Deputada Ada De Luca.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*



**PORTARIA Nº 1074, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos do artigo 17, parágrafo único e, em consonância com os anexos III a III-C, da Resolução nº 002/2006,*

DESIGNAR **LAURA BRASCA**, matrícula nº 1141, para exercer Função de Confiança - PL/FC-3, a partir de 14/03/07 (Deputada Ada De Luca).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1075, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Rubens Chaves Vargas	1179	2391/06	Especialização	01/01/07
Ademir Gasstmann	1796	0297/07	Especialização	01/03/07
Armando José Muller	0638	0299/07	Especialização	01/03/07

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1076, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Paulo Eliseu Santos	1788	3%	36%	27/02/07	0307/07
Evory Pedro Camara Schmitt	3186	3%	6%	21/12/06	0334/07
Azuir Adilio do Nascimento	2041	3%	36%	28/02/07	0335/07

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1077, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Carla Greco Granato	4349	3%	3%	13/02/07	0238/07
Maria Natel Scheffer Lorenz	2415	3%	9%	14/02/07	0255/07

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1078, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**CONCEDER**, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PRÊMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1087	Carlos Cesar de Oliveira	17/01/02	16/01/07	0134/2007
1846	Osni Proença Pereira	03/07/99	17/02/05	0171/2007
1161	José Paulo Rebelo	01/11/97	31/10/02	0175/2007
1800	Hedvigues Mº C. Francisco	02/02/99	01/02/04	0188/2007
0694	Carlos Antônio dos Santos	05/02/02	04/02/07	0191/2007
1501	Claudir José Martins	09/02/02	08/02/07	0226/2007
1097	Jorge Luiz Biella	04/02/02	03/02/07	0235/2007
1138	Saulo de Oliveira	16/02/02	15/02/07	0241/2007
1359	Antônio Carlos Morro	01/07/00	30/06/05	0243/2007
1159	Joyce Maria Ramos Bastos	17/02/02	16/02/07	0246/2007
1457	Edson José de Souza	02/08/97	01/08/02	0249/2007

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1079, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **WAGNER PEREIRA PIZZETTI**, matrícula nº 4483, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Manoel Mota).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1080, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **TARCISIO KOCH**, matrícula nº 5326, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1081, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **TARCISIO KOCH**, matrícula nº 5326, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Comissão de Legislação Participativa).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1082, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JUCELEI TAVARES MENEZES**, matrícula nº 5022, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1083, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JUCELEI TAVARES MENEZES**, matrícula nº 5022, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1084, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CLAUDIO GADOTTI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Silvio Dreveck).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1085, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **JOSÉ IDIVAL DE SOUZA**, matrícula nº 3166, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Comissão de Segurança Pública).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1086, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **MARCELE FALAVIGNA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Dirceu Dresch).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1087, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **DOUGLAS SILVEIRA GOULART**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado Marcos Vieira).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1088, de 13/03/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: LOTAR **JOSÉ ILTON PEREIRA**, matrícula nº 0764, na Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

**PROJETO DE LEI Nº 050/07**

Institui a Semana de Saúde da Mulher nos órgãos públicos do Estado de Santa Catarina, a ocorrer e no mês de maio de cada ano.

Art. 1º Passa a fazer parte integrante do calendário de comemorações oficiais do Estado de Santa Catarina a "Semana de Saúde da Mulher, que deverá ocorrer, anualmente, no mês de maio, em semana que compreenda o dia 28, data em que se comemora o "Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher" e o "Dia Nacional de Redução da Morte Materna".

Art. 2º As comemorações da Semana de Saúde da Mulher deverão compreender atividades voltadas à questão da saúde da mulher, com destaque para a informação, orientação e disponibilização de recursos materiais e humanos para a realização de exames diagnósticos de pouca complexidade e baixo custo.

Art. 3º As atividades desenvolvidas durante a Semana de Saúde da Mulher deverão ocorrer em todos os estabelecimentos onde funcionem os órgãos da administração pública estadual direta, indireta, suas autarquias e fundações, assim como as empresas públicas e sociedades de economia mista que contem com participação de capital do Estado, sempre em local acessível a todos os funcionários, prestadores de serviço e população em geral.

§ 1º As atividades a que se referem o *caput* deste artigo, compreenderão, sem prejuízo de outras:

I - debates com profissionais de saúde, tendo como tema a saúde da mulher nas diversas fases de sua vida: pré-adolescência, adolescência, gestação, parto, menopausa e pós-menopausa;

II - distribuição de material informativo sobre a questão da saúde da mulher, formas de prevenção de doenças e a necessidade da realização dos exames rotineiros periódicos;

III - realização, em espaço adequado, de exames clínicos de resultado imediato, tais como verificação de pressão arterial, glicemia, colesterol, dentre outros; e

IV - mostra de vídeos, filmes e documentários que tenham como tema central a questão da saúde da mulher;

§ 2º Todas as atividades realizadas nos diversos órgãos da administração deverão ser amplamente divulgadas a fim de atingir um maior número da população.

Art. 4º O Executivo e as Secretarias às quais estejam vinculados os órgãos públicos promovedores das atividades da Semana de Saúde da Mulher deverão buscar apoio e subsídio junto à Secretaria de Saúde, Coordenadoria, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e Núcleos de Gênero mantidos pelas Universidades, públicas ou privadas, sobre os temas a serem abordados durante as comemorações.

Art. 5º Todos os órgãos da administração deverão manter, em local acessível ao público e de fácil visualização, material gráfico contendo as informações quanto aos dados estatísticos de incidência de doenças na população feminina, suas causas, métodos de prevenção, diagnóstico e tratamento, dando ênfase à divulgação das políticas públicas e programas voltados à saúde da mulher, a exemplo dos que vêm sendo desenvolvidos pelo SUS e PAISM.

Art. 6º A administração pública fica autorizada a firmar convênio ou contratar serviços de entidades públicas ou privadas, associações, organizações, dentre outras, que tenham por atividade o desenvolvimento de estudos, pesquisas e promoção da saúde da mulher.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de março de 2007.

Deputada Ada de Luca

**JUSTIFICATIVA**

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/07

A presente proposição tem por objetivo dar maior visibilidade às necessidades específicas da saúde da mulher, abrangendo todas as principais fases de sua vida.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, as mulheres representam 50,77% da população do país, representando um total aproximado de setenta e três milhões de indivíduos. Dessas, cinquenta e oito milhões encontram-se em idade reprodutiva.

A questão da saúde da mulher tornou-se relevante a partir da interlocução entre representantes dos Movimentos de Mulheres com o pessoal da área da saúde, sanitaristas, sociólogos e psicólogos, o que consolidou a idéia de promover integral à saúde da mulher, resultando na criação do PAISM.

De artigo da Professora Maria José Martins Duarte Osís, do Centro de Pesquisa das Doenças Materno-Infantis de Campinas no Caderno de Saúde Pública, pág. 14, 1998, merece o destaque: "Os movimentos intensificavam o questionamento acerca de qual tipo de atendimento à saúde as mulheres precisavam e queriam receber. As reivindicações eram feitas justamente a partir da queixa que, em geral, os médicos encaravam as mulheres, principalmente, quando não apenas, como úteros gravídicos."

Nessa interlocução, as mulheres argumentaram que o conceito integral deveria enfatizar não só a integração do colo, do útero e das mamas, mas também de outros aspectos não físicos da vida das mulheres. O que elas defendiam era que o integral se referisse também ao contexto social, psicológico e emocional das mulheres a serem atendidas. Em termos pragmáticos, que o médico, ao prestar assistência, concebesse a mulher como um ser completo, não apenas portadora de um corpo, mas vivendo um momento emocional específico e inserida em um determinado contexto sócio-econômico.

A partir dessas reivindicações, o PAISM foi criado como uma proposta diferenciada de abordagem da saúde da mulher, além de ser o pioneiro, inclusive no âmbito internacional, a propor o atendimento à saúde reprodutiva da mulher, no âmbito da atenção integral à saúde.

Em termos de políticas públicas de atenção à saúde da mulher, o Brasil vem desenvolvendo, através do Sistema Único de Saúde - SUS, em conjunto com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM, significativo número de ações integradas de prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças, buscando promover uma melhoria na qualidade de vida das mulheres através da integral assistência à saúde oferecendo às mulheres, de forma simplificada e eficiente, atenção primária à saúde.

Tais medidas, porém, malgrado os esforços, não têm apresentado resultados satisfatórios, isso porque a desinformação, aliada a um ainda deficitário sistema de atendimento à saúde, que não alcança a integralidade da população almejada, faz com que o Brasil registre alto índice de mortalidade materna, com setenta e cinco mortes para cada cem mil nascidos vivos - taxa absurdamente elevada se comparadas a países desenvolvidos onde esse índice oscila entre seis e vinte mortes para cada cem mil nascidos vivos.

Nos dados estatísticos do país, aparecem como principais causas de morte materna (período da gravidez até um ano após o parto), hipertensão, infecção e hemorragia, no demais da população feminina em geral: câncer de colo de útero, AIDS, câncer de mama, hipertensão, osteoporose e diabetes - vale dizer, grande parte de mortes na população feminina derivam de doenças que, se precocemente diagnosticadas e aplicado o tratamento adequado, podem ser curadas ou controladas, evitando mortes e promovendo uma melhor qualidade de vida.

Diante desse quadro, mostra-se imperioso que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina venha somar esforços aos demais órgãos da administração pública, para informar e orientar a população em geral acerca das questões de saúde feminina, promovendo a divulgação dos diversos programas de assistência à saúde da mulher desenvolvidos pelas Secretarias de Saúde do Estado e dos municípios catarinenses e pelo Ministério da Saúde através do SUS e do PAISM, ou outros que venham a ser criados pelo Governo Federal, contribuindo, de forma efetiva, para a promoção da saúde da mulher e redução dos índices de morte materna.

Assim, na convicção de que a presente propositura em muito poderá contribuir para a construção de uma sociedade melhor, igualitária e justa, é que peço o apoio dos Nobres Pares na sua aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 051/07

Dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração ESTADUAL, e dá outras providências.

Art. Os órgãos da administração pública estadual, direta, indireta, autárquica e fundacional, promoverão para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.

Art. 2º Deve ser disponibilizada, nos prédios públicos, coleta seletiva dos materiais ali gerados.

Art. 3º O Executivo estadual adotará, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários, de forma a, no prazo de 4 (quatro) anos, abolir a utilização de papel clareado a cloro.

Art. 4º O Executivo adotará, gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no artigo anterior, papel reciclado no material escolar entregue às escolas.

Art. 5º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Sérgio Grandó**

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/07

#### Justificação

O presente projeto tem como foco a reciclagem de materiais utilizados da administração pública estadual, sobretudo o papel. É notório o esforço de diversos segmentos da sociedade na preservação ambiental e na criação de um mundo mais limpo, saudável e ambientalmente mais responsável. Sendo assim, é dever de todos contribuir e trabalhar pelo desenvolvimento sustentado, com preservação do meio ambiente e aumento da qualidade de vida. De outra parte, é fundamental que o administrador público dê o exemplo de atuação ambientalmente responsável e estimule toda a sociedade a fazer o mesmo. A utilização de papel reciclado é a forma eficaz de diminuir a quantidade de lixo produzido e reduzir os danos ambientais decorrentes do processo de fabricação. Em comparação com o papel tradicional, a diminuição do impacto ambiental é enorme, como se depreende do quadro comparativo transcrito a seguir:

	Papel de 1ª qualidade	Papel de 2ª qualidade	Papel reciclado
Área de floresta (ha)	5,3	3,8	0
Árvores	15	10	0
Madeira (Kg)	2400	1700	0
Água (Litros)	200.000	100.000	2.000
Energia (KW/h)	7.500	5.000	2.500
Poluição da água	elevada	média	Baixa ou nula
Poluição do ar	elevada	média	nula
Produção de RSU	1,5 a 2 m³	1,5 a 2m³	Baixa ou nula

RSU: Resíduos sólidos urbanos

Pelo exposto, entendemos que a aprovação do presente projeto de lei possa representar uma importante contribuição da Administração Pública Estadual para o desenvolvimento ambientalmente sustentado, a preservação do meio ambiente, a diminuição de emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera e o bem estar de todos os cidadãos.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 052/07

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 078

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para atender ao Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville".

Florianópolis, 09 de março de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/07

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Exposição de Motivos nº 012/07 Florianópolis, 08 de fevereiro de 2007.

Excelentíssimo Senhor

**Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Governador,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho expor e encaminhar à apreciação de Vossa Excelência, Projeto de Lei para financiamento do Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville, como segue:

1) A malha viária urbana joinvilense desenvolveu-se dentro de um cenário natural repleto de manguezais, rios morros e a serra do mar. Com o Objetivo de superar os prejuízos causados pela descontinuidade e inadequação da malha, o município de Joinville trabalhou um grande programa de mobilidade urbana com foco no planejamento integrado, notadamente do uso e ocupação do solo, do sistema viário e do transporte coletivo.

2) O Programa tem se desenvolvido por mais de uma década, desde o início do sistema integrado de transporte em 1992, com obras de construção, qualificação e modernização do sistema viário e estações de integração, utilizados pelo Sistema Integrado de Transporte (SIT).

3) No projeto atual os investimentos têm como objetivo a continuidade da qualificação e modernização do sistema integrado de transporte. Este processo será dividido em três grupos de ações, os quais têm foco na implantação e requalificação dos eixos estruturais de transporte, na pavimentação das vias alimentadoras e a requalificação dos equipamentos urbanos do SIT.

4) O primeiro grupo de ações prevê eixos estruturais de transporte a serem implantados e eixos estruturais de transporte a serem requalificados, com abertura, duplicação e consolidação de vias que vão atender linhas troncais e perimetrais, onde o SIT apresenta o maior número de viagens e carregamento de passageiros.

5) O segundo grupo de ações localiza-se no subsistema alimentador e prevê a pavimentação de vias alimentadoras do transporte, sendo que com essas ações todas as vias urbanas utilizadas pelo SIT estarão pavimentadas.

6) Outras ações diferenciadas, mas com o mesmo foco podem ser delineadas num terceiro grupo, o qual prevê a reforma dos terminais de integração construídos em 1992, com a inclusão de bicicletários, adequação das instalações e acessos e ampliações das áreas cobertas.

7) Por oportuno, informo que os valores da operação com o BNDES, constam do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, no cálculo dos limites de endividamento do parágrafo 8º, do artigo 7º, da Resolução SF 43/2001 e artigo 5º da Resolução SF 40/2001.

Desta forma, visando dar início a esta nova etapa de execução do programa em epígrafe, submeto a apreciação de Vossa Excelência, Projeto de Lei que autoriza a realização de operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de agente financeiro, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para conclusão do Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville. Respeitosamente,

**SÉRGIO RODRIGUES ALVES**

Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONSULTORIA JURÍDICA

INFORMAÇÃO nº 017/07

ASSUNTO: Projeto de Lei. Contratação de Operação de Crédito. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2007.

Trata o presente de projeto de lei que visa contratar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de agente financeiro, visando a conclusão do Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville, nos termos da Exposição de Motivos nº 012/07, anexo ao projeto sob comento.

2. A Carta Estadual de 1989, expressa como atribuição privativa do Governador do Estado que:

Art. 71 - São atribuições privativas do Governador do Estado:

(...);

XIII - realizar operações de crédito mediante prévia e específica autorização da Assembleia Legislativa e, se for o caso, do Senado Federal;

3. O projeto em questão atende a determinação constitucional retro citada, mostrando-se ainda, pelo objeto descrito na Exposição de Motivos que o acompanha, pertinente ao interesse público, que incumbe ao Estado tutelar.

4. A Minuta sob comento apresenta-se de acordo com as exigências que a operação de crédito exige, nos termos da disposição constitucional expressa. Não vislumbramos vícios jurídicos e legais que impossibilitem sua efetivação, desta forma, não havendo óbice jurídico, **recomendamos** sua edição. Era o que tinha a informar.

Sara Maciel Goulart Bertemes  
OAB/SC 6.609

#### PROJETO DE LEI Nº PL./0052.2/2007

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para atender ao Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de agente financeiro, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), para conclusão do Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville.

Art. 2º Os encargos financeiros, o prazo de amortização do empréstimo e o período de carência serão os estabelecidos no contrato de empréstimo firmado entre o Estrado de Santa Catarina e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**  
Governador do Estado  
\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/07

#### GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 076

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei complementar que "Altera dispositivos da Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina".  
Palácio Santa Catarina, 08 de março de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**  
Governador do Estado

Lido no Expediente  
Sessão de 13/03/07

#### SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO GABINETE DO SECRETÁRIO

#### EM nº 345/GABS/SSP

Florianópolis, 25 de janeiro de 2007

Senhor Governador,

Apresento à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de Projeto de Lei Complementar que objetiva corrigir disfunções na legislação estadual decorrentes da sua não modificação quando da inclusão de mulheres nos quadros funcionais do Grupo Segurança Pública - Polícia Militar.

A Constituição Federal, no § 1º do art. 42, deixa bem claro que cabe à Lei estadual a concessão do que é previsto no inciso X do § 3º do art. 142, ou seja, as condições para a transferência do militar estadual para a inatividade.

Inegavelmente, se considerarmos o problema da segurança pública tem, estes profissionais, uma das piores, senão a pior, profissão em termos de condições de trabalho.

Impor ao policial militar as mesmas regras dirigidas ao servidor público comum para então conceder-lhe a inatividade, retira o caráter de especialidade da penosa função, implicando em conduzir à mesma alguém que não terá condições de saúde de um servidor comum, afrontando assim o princípio da igualdade.

Ocorre que a situação dos homens desta categoria está à muito resolvida e a concessão da transferência com tempo reduzido em 05 (cinco) anos para as mulheres policiais militares tem amparo jurídico, social e moral dadas as condições diferenciadas enfrentadas por estas mulheres, tanto que foi contemplada no texto da Lei Complementar nº 343, de 18 de março de 2006.

Com o intuito de regulamentar e garantir o pleno gozo do direito concedido pela referida Lei Complementar e amparado no § 1º do art. 42 da Constituição Federal, encaminho a presente proposição que altera a Lei nº 6.218/83 (Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina).

Cabe salientar que outras Polícias Militares, como as dos Estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, já readequaram suas legislações à realidade da presença da mulher em seus quadros funcionais.

Respeitosamente,

**Ronaldo José Benedet**

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0009.5/2007

Altera dispositivos da Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 50, 57 e 104 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50. São direitos dos policiais militares:

I - .....

II - a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma, quando, ao ser transferido para a inatividade contar com mais de 30 (trinta) anos de serviço se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher; (NR)

III - a remuneração com base no soldo integral do posto ou graduação quando, não contado 30 (trinta) anos de serviço se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher, for transferido para a reserva remunerada, *ex officio* por ter atingido a idade limite de permanência em atividade no posto ou graduação; (NR)

.....  
§ 1º A percepção de remuneração ou melhoria da mesma, de que trata o inciso II do art. 50, obedecerá ao seguinte:

I - o oficial que contar com 30 (trinta) anos de serviço se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher, ao ingressar na inatividade, terá seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediato, se existir na Polícia Militar posto imediato ao seu, mesmo de outro quadro; (NR)

II - o oficial ocupante do último posto da hierarquia da Corporação terá seus proventos calculados tomando-se por base o soldo de seu próprio posto, acrescidos de 20% (vinte por cento), desde que conte mais de 30 (trinta) anos de serviço se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher; (NR)

III - os subtenentes, integrantes do Quadro dos Servidores Militares do Estado, inativos ou quando transferidos para a inatividade, farão jus a proventos integrais, iguais aos vencimentos correspondentes ao Posto de 2º Tenente PM, desde que contem 30 (trinta) anos de serviço se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher; (NR)

IV - as demais praças que contem 30 (trinta) anos de serviço se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher, ao serem transferidos para a inatividade terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente à graduação imediatamente superior; (NR)

.....  
Art. 57. Por ocasião de sua passagem para a inatividade, o policial-militar terá direito a tantas quotas de soldo quantas forem os anos de serviço, computáveis para a inatividade, até o máximo de 30 (trinta) anos se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher, ressalvado o disposto no inciso III do art. 50. (NR)

Parágrafo único. Para efeito de contagem destas quotas, a fração de tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias será considerada um ano. (NR)

.....  
Art. 104. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida ao policial-militar que contar com, no mínimo, 30 (trinta) anos de serviço se homem e 25 (vinte e cinco) anos de serviço se mulher." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**  
Governador do Estado  
\*\*\* X X X \*\*\*

## REQUERIMENTO

#### REQUERIMENTO Nº 019/07 (REQUERIMENTO RQS/0122.0/2007)

Ao

Exmo. Deputado

**JULIO GARCIA**

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina  
Florianópolis/SC

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no artigo 38 *caput* e incisos, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, **REQUEREM**, que seja criada Comissão Mista, com a finalidade de apreciar, acompanhar, sugerir, discutir e tratar sobre as questões concernentes ao tema "**Os Quilombos e os Quilombolas em Santa Catarina**".

São integrantes da Comissão Mista proposta: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Comissão de Agricultura e Política Rural.

Os membros da Comissão Mista proposta são os seguintes Deputados: Jorginho Mello - PSDB, Romildo Titon - PMDB, Onofre Agostini - PFL, Moacir Sopelsa - PMDB, Gelson Merísio - PFL, Reno Caramori - PP, Dagomar Carneiro - PDT, Clésio Salvaro - PSDB, Renato Hinnig - PMDB, Elizeu Mattos - PMDB e Pedro Uczai - PT.

A Comissão Mista proposta têm como prazo de funcionamento 60 (sessenta) dias.

Florianópolis, 09 de março de 2007

Pedem deferimento.

**JORGINHO MELLO**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

**MOACIR SOPELSA**

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

**GELSON MERÍSIO**

Deputado Estadual - PFL

\*\*\* X X X \*\*\*